**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO (IFRJ)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**SÁUDE MENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: UM ESTUDO
SOBRE AS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL NO CAMPUS DUQUE DE CAXIAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO**

Mesquita/RJ

2024

JORGE DE ALMEIDA BASTOS

**SÁUDE MENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: UM ESTUDO
SOBRE AS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL NO CAMPUS DUQUE DE CAXIAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para o grau de Mestre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dra. Luciana Castaneda Ribeiro

Mesquita/RJ

2024

B327s Bastos, Jorge de Almeida

Saúde mental e educação profissional tecnológica: um estudo sobre as práticas em saúde mental no campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. / Jorge de Almeida Bastos. – Mesquita: IFRJ, 2024.
97f.: il. color.

Dissertação – (mestrado), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). / Campus Mesquita, 2024.

Orientador: Prof. Dra. Luciana Castaneda Ribeiro

1. Educação profissional. 2. Saúde mental. 3. Produto educacional I. Ribeiro, Luciana Castaneda. II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

IFRJ/CMESQ

CDU 331.363

Ficha catalográfica elaborada por
Thais da Silva Alves
CRB₇ / 6200.

JORGE DE ALMEIDA BASTOS

**SÁUDE MENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: UM ESTUDO
SOBRE AS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL NO CAMPUS DUQUE DE CAXIAS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para o grau de Mestre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 02/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
LUCIANA CASTANEDA RIBEIRO
Data: 11/03/2025 12:48:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientadora: Prof^ª. Dra. Luciana Castaneda Ribeiro

Documento assinado digitalmente
TATIANE DE CAMPOS CHUVAS
Data: 11/03/2025 12:33:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Membro externo: Prof^ª. Dra. Tatiane Campos Chuvás

Documento assinado digitalmente
PATRICIA GASEL DA SILVA
Data: 26/02/2025 21:56:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Membro interno: Prof^ª. Dra. Patrícia Grasel da Silva

JORGE DE ALMEIDA BASTOS

**SÁUDE MENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: UM ESTUDO
SOBRE AS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL NO CAMPUS DUQUE DE CAXIAS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO**

Produto Educacional apresentado como requisito
parcial para o grau de Mestre, do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro,
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 02/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciana Castaneda Ribeiro

Membro externo: Prof^a. Dra. Tatiane Campos Chuvas

Membro interno: Prof^a. Dra. Patrícia Grasel da Silva

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, amigos e colegas de profissão que me acompanharam e me incentivaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dra. Luciana Castaneda Ribeiro, meus colegas da turma 2022, aos professores e funcionários do IFRJ Campus Duque de Caxias, especialmente ao Leonardo da COTEP, aos professores e funcionários do Campus Mesquita e a minha esposa Vanessa Bastos, que me acompanhou e motivou desde a inscrição no processo seletivo até a defesa da dissertação.

RESUMO

Este estudo teve como principal objetivo contribuir para a promoção da saúde mental dos professores da Educação Profissional e Tecnológica no ensino médio integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Assim, esta dissertação utilizou-se da metodologia descritiva exploratória e pesquisa de campo junto a vinte professores com abordagem quantitativa, com aplicação de questionário para identificar as principais demandas emergentes ocorridas no ambiente de trabalho relacionadas à saúde mental dos professores do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, as questões relacionadas à saúde mental que interferem na trajetória profissional desses docentes e as dificuldades enfrentadas. Verificou-se que a saúde mental do docente ainda é agravada pela limitação a que a Instituição submete os professores quanto às manifestações de suas angústias, frustrações e emoções, a burocracia excessiva. Os resultados apontam algumas situações de doenças ocupacionais (como ansiedade e depressão), vivenciadas pelos professores e que ocorre principalmente pelo excesso de carga laboral, que tem sido um dos maiores motivos do desenvolvimento dessas doenças, ritmo acelerado, sobrecarga de trabalho, intensas mudanças, pressões, excessivo número de alunos por turma, alterações curriculares, falta de autonomia, falta de condições de trabalho, além da desvalorização da profissão. Conclui-se que, a partir dos resultados, fez-se importante a elaboração do produto educacional, visando contribuir com estratégias para o debate sobre a importância de discutir a saúde mental dos docentes da carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT).

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Docente. Saúde Mental. Produto Educacional. Estresse. Trabalho

ABSTRACT

The main objective of this study was to contribute to the promotion of mental health among teachers of Vocational and Technological Education in integrated high school at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro. Thus, this dissertation used the descriptive exploratory methodology and field research with twenty teachers with a quantitative approach, with the application of a questionnaire to identify the main emerging demands that occurred in the work environment related to the mental health of teachers of Integrated High School of the Federal Institute of Education, the issues related to mental health that interfere in the professional trajectory of these teachers and the difficulties faced. It was found that the mental health of teachers is still aggravated by the limitation to which the Institution subjects teachers regarding the manifestations of their anguish, frustrations and emotions, and excessive bureaucracy. The results indicate some situations of occupational diseases (such as anxiety and depression) experienced by teachers and which occur mainly due to excessive workload, which has been one of the main reasons for the development of these diseases, accelerated pace, work overload, intense changes, pressures, excessive number of students per class, curricular changes, lack of autonomy, lack of working conditions, in addition to the devaluation of the profession. It is concluded that, based on the results, it was important to develop the educational product, aiming to contribute with strategies for the debate on the importance of discussing the mental health of teachers in the Basic, Technical and Technological Education (EBTT) career.

Keywords: Professional and Technological Education. Teacher. Mental Health. Educational Product. Stress. Job

LISTA DE QUADROS

Quadro 2. Patologias mais comuns em professores.....	33
Quadro 2. Tipos de prevenção.....	39
Quadro 3. Aspectos característicos pré-existentes na cultura nacional e suas devidas ações.....	41
Figura 1. Apresentação do banner.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gênero dos professores.....	53
Gráfico 2. Tempo de Experiência como professor.....	54
Gráfico 3. Implementação em programas de promoção da saúde mental.....	55
Gráfico 4. Sentimentos de tristeza ou falta de interesse nas atividades que costumava gostar.....	56
Gráfico 5. Participou de treinamentos ou capacitação sobre saúde mental.....	57
Gráfico 6. Incluir estudo sobre saúde mental no currículo escolar.....	59
Gráfico 7. Gostaria de mais apoio e orientação da administração sobre saúde Mental.....	60
Gráfico 8. Recursos disponíveis na escola para apoiar a saúde mental dos Professores.....	62
Gráfico 9. Faltam possibilidades de desenvolvimento e promoção na carreira.....	63
Gráfico 10. Atitudes negativas dos alunos costumam me estressar.....	64
Gráfico 11. Faltam recursos e materiais para fazer meu trabalho.....	65
Gráfico 12. Existe excesso de trabalho e atividades burocráticas.....	66
Gráfico 13. Considero salário insuficiente que afeta a minha saúde mental.....	67
Gráfico 14. Pouco tempo para conviver com família e amigos.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BMT-L - Belastungs-Management-Trainingfür Lehrer

CEFETQ - Centro Federal de Educação Tecnológica de Química

CVV - Centro de Valorização da Vida

DeCS - Ciências da Saúde

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FIC - Formação Inicial e Continuada

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MESH - Medical Subject Headings

OMS - Organização Mundial da Saúde

PSE - Programa Saúde na Escola

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

IFRJ – Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro

EBTT – Educação Básica, Técnica e Tecnológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 SOBRE O TEMA.....	15
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 Objetivo geral	16
1.3.2 Objetivos específicos	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	18
2.2 TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: AMPLIAÇÃO DE TAREFAS E O IMPACTO NA SALA DE AULA.....	21
2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	26
2.4 SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO.....	32
2.5 ESTRESSE E O TRABALHO DOCENTE	34
2.6 ESTRESSE OCUPACIONAL.....	36
2.7 ESTRESSE DOCENTE E A SÍNDROME DE BURNOUT.....	40
2.8 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.....	46
3 METODOLOGIA	47
3.1 TIPO DE INVESTIGAÇÃO.....	47
3.2 DESENHO DO ESTUDO.....	47
3.3 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA.....	48
3.4 COLETA DE DADOS.....	48
3.5 ANÁLISE DE DADOS.....	49
3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	49
3.7 PRODUTO EDUCACIONAL.....	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
4.1 CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA.....	51
4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS SUJEITOS.....	53
4.3 PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL.....	54
5 PRODUTO EDUCACIONAL	70
5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	70
5.2 ELABORAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO.....	7
5.3 AVALIAÇÃO.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77

7 RECOMENDAÇÕES	79
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	88
ANEXOS	93

1 INTRODUÇÃO

1.1 SOBRE O TEMA

A urgência em investigar a saúde mental na educação é ressaltada pelo aumento global nas preocupações relacionadas à saúde mental entre os educadores, principalmente após a pandemia (COVID-19). O estigma e a falta de consciência sobre as questões relacionadas a saúde mental, muitas vezes, perpetuam um ambiente onde as necessidades emocionais destes são negligenciadas. No entanto, um ambiente educacional saudável e favorável à saúde mental pode contribuir para o desenvolvimento não apenas de alunos bem-sucedidos academicamente, mas também de cidadãos resilientes e emocionalmente inteligentes (Santos & Silva, 2022).

A saúde mental dos profissionais de educação é uma questão crucial na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma vez que influencia diretamente o desempenho profissional, a qualidade de vida e o bem-estar geral desses indivíduos. No entanto, a saúde mental dos professores da EPT é um tema ainda pouco explorado, havendo a necessidade de investigar e compreender os fatores envolvidos nesse contexto.

A saúde mental é uma dimensão vital da existência humana, e que tem recebido uma atenção crescente em diversos campos, incluindo a educação. O ambiente educacional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos, moldando suas capacidades cognitivas, emocionais e sociais. A convergência da saúde mental com a educação é um ponto de interseção crucial, no qual os fundamentos do aprendizado e crescimento pessoal se encontram com as nuances do bem-estar (Tsunematsu, Palucci & Versutl, 2021)

Sendo assim, a atenção, o interesse e a importância atribuídos ao tema, indicam atualmente a existência de elaboração de novas políticas de saúde e de educação na promoção da saúde mental, como Programa Saúde na Escola (PSE), foi sancionada em janeiro de 2024 pela Lei 14.819/24, com o objetivo de promover a saúde mental de todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, responsáveis e profissionais de educação (Brasil, 2024).

Assim, essa legislação prevê que todas as escolas devem apresentar um plano de trabalho com ações, atividades e metas voltadas à saúde mental, a fim de estimular novas atitudes dos professores nas questões e problemas colocados nos campos da educação e da saúde, bem como mudanças de atitudes no trato com os sujeitos-alvo

da ação social.

Diante disso, entende-se que a complexidade da saúde mental na educação se estende além das salas de aula e transcende idades e níveis de ensino. Desde a educação infantil até o ensino superior, os educadores enfrentam uma gama diversificada de desafios emocionais e psicológicos. As pressões acadêmicas, a interação social, as transições de fase de vida e a formação de identidade são apenas alguns dos fatores que influenciam a sua saúde mental (Tsunematsu, Palucci & Versutl, 2021).

Nessa conjuntura, esta dissertação de mestrado surge como um esforço para aprofundar a compreensão sobre a percepção dos docentes sobre temas transversais a saúde mental e educação, sob o recorte da Educação Profissional Tecnológica (EPT). A pesquisa buscou compreender os impactos da saúde mental dos professores como um componente vital do processo educacional.

Dessa forma, importa dizer sobre a complexidade do trabalho docente juntamente com a gama de atribuições que são impostas a estes no contexto educacional, uma vez que os próprios docentes consideram como suas responsabilidades as mazelas encontradas cotidianamente nas escolas, somados o não alcance do objetivo esperado, o que conseqüentemente, ocorre o sofrimento pelo fracasso silencioso, e, de forma recorrente, adoecem, por creditar a si a causa do não aprendizado, da violência, da pobreza (Vieira, 2016). Por fim, esta pesquisasse propôs a investigar a saúde mental dos docentes da EPT e com base nos resultados propor um Produto Educacional, que possa colaborar para a criação de estratégias que tragam a tona a necessidade de abordar o tema, considerando as perspectivas dos educadores.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Quais os desafios e demandas dos professores de EPT que lecionam no Ensino Médio Integrado sobre as questões relacionadas a saúde mental?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Contribuir para a promoção da saúde mental dos professores da Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro por meio de um produto

educacional.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os fatores que contribuem para o prejuízo a saúde mental dos professores na EPT;
- Analisar os impactos da saúde mental dos profissionais da EPT no ambiente de ensino médio integrado do IFRJ;
- Investigar as estratégias e intervenções utilizadas pelos profissionais para promover a saúde mental na EPT;
- Desenvolver, aplicar e avaliar um produto educacional que possa auxiliar os docentes e a comunidade acadêmica a identificar precocemente os fatores que contribuem para o prejuízo da saúde mental assim como propor estratégias para a promoção da saúde mental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL

Conforme o art. 205 da Constituição de 1988 [...] o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988), perpassa necessariamente pela educação, por possibilitar uma variedade de oportunidades na vida do ser humano. Por meio da educação abre-se um leque de conhecimentos, experiências e perspectivas, tornando-o mais aberto e receptivo a novas ideias e culturas. Além do que, amplia a consciência com a finalidade de que a pessoa possa conhecer seus direitos e obrigações, formando cidadãos movidos nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (Mello, 2000).

A educação é um dos pilares fundamentais para a transformação de uma nação, além de influenciar um padrão de vida. Para tanto, investir em educação é primordial não apenas para o crescimento econômico, mas também para a construção de sociedades mais justas, saudáveis e democráticas (Gadotti, 2015). Portanto, é fundamental que a efetivação de políticas públicas pelo Estado possa garantir que a educação de qualidade seja acessível a todos, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Essa tese é aceita e comprovada em várias partes do mundo, uma vez que um povo com um modelo educacional de qualidade tem maiores condições de viver no país com um padrão de vida elevado (Castro, 2014).

Assim sendo, conforme fora dito acima, a educação, enquanto dever do Estado e realidade social, deve estar sob a égide do Direito, que atua como um garantidor dos direitos educacionais. O fortalecimento do controle jurídico é essencial para a promoção de uma educação de qualidade, equitativa e acessível a todos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. O que significa que a educação tem um patamar de destaque na Constituição Federal de 1988, com o intuito de ampliar o conhecimento da sociedade brasileira, ficando com o Estado a obrigação de oferecer um sistema educacional de qualidade a todos os brasileiros. Para tanto, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 (Brasil, 1988), enunciou o direito à educação como um direito social de todos e dever do Estado e da família. A saber:

- Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de

instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade. (grifo nosso)
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/1996, por sua vez, também garante o padrão de qualidade da educação no artigo 3º, inciso IX, sendo entendida como norma fundamental que regula todos os sistemas de ensino. Assim, para a discussão da educação escolar brasileira, entende-se que é necessário trazer à lume o profundo paradoxo que se encontra, uma vez que, além de ser a base para o progresso individual e coletivo, também tem a missão de promover a inclusão de todos os indivíduos, reconhecer as diferenças individuais, sociais e culturais de seus educandos. No entanto, é possível dizer sobre a dicotomia entre o discurso e a prática, pelo fato de que estão atrelados à própria identidade da instituição escolar, que, as vezes, são subordinados a uma extensa e sólida tradição normatizante e conservadora, com pouco ou nenhum espaço para a singularidade e a diversidade (Cunha & Dazzani, 2016).

Mesmo se destacando como marcos legais para assegurar os direitos e deveres da educação nos dias atuais, tanto a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, foram consequências de movimentos que mostraram a necessidade de transformar a educação em um processo ativo em decorrência das mudanças da sociedade, e, portanto, necessitava de homens integralmente desenvolvidos (Saviani, 2017).

Os amparos legais possibilitaram o surgimento de novas concepções acerca do direito escolar. A garantia do direito à educação, ao trabalho tem na legislação a base diretriz que orienta toda a organização educacional do país. Os dispositivos legais só intensificaram o desejo de muitos educadores brasileiros quanto à possibilidade também de ocorrer mudanças no sistema de educação brasileira.

Desde então, a escola exerce uma função relevante no que diz respeito a formação de cidadãos, visando a construção e transmissão das tradições culturais, a socialização de novas gerações e formação de sujeitos com identidades pessoais (Boufleuer & Prestes, 2013). Em outras palavras, é papel da escola a formação das novas gerações conectando conhecimentos às vivências do aluno no que concerne o acesso à cultura socialmente valorizada, mediada por práticas transformadoras e

indispensáveis ao exercício da cidadania (Bueno, 2011).

Ao serem referenciadas as potencialidades da escola e, reconhecê-la como responsável pela formação da cultura, os profissionais que atuam nela, devem questionar o tipo de cultura que se está produzindo e, especialmente, quais são as influências dessa cultura na sociedade e vice-versa, qual a influência que a sociedade produz sobre a cultura da escola (Saviani, 2007). À vista disso, grande parte das instituições de ensino da sociedade atual são apenas espaços educacionais que exercem a cultura de formar indivíduos, todavia, esta formação na maioria das vezes não transcende uma atividade mecânica na qual o professor é o possuidor do conhecimento e os alunos, meros reprodutores (Virões, 2013).

Para Demo (2000), essas reflexões acerca do papel da educação escolar do ponto de vista da formação humana, vai de encontro à concepção da filosofia ocidental, nos quais evidenciam que a sua função é o da humanização do homem, onde a educação não pode ser vista apenas como um processo institucional e instrucional, mas fundamentalmente um investimento formativo do humano.

Humanizar as relações no ambiente educativo é o ponto de partida para se construir um projeto educacional comprometido com a valorização do ser humano e, nesse contexto, a instituição de ensino deve assumir uma postura capaz de reconhecer seu espaço como democrático e estimulador da participação, superando as práticas opressivas que se fazem presente nas ações educativas no cotidiano educacional (Demo, 2000).

Enfim, mediante todo o arcabouço legal e o compromisso dos profissionais de educação, cabe citar que os desafios ainda são enormes e se fazem presentes dificultando a evolução da qualidade da educação brasileira. A exemplo da complexidade da dimensão territorial e as disparidades econômicas, sociais e regionais, bem como os inúmeros problemas de saúde mental, que envolvem redes municipais, estaduais, federais e as instituições privadas com diferentes níveis e modalidades da educação: das creches às universidades (Castro, 2014).

2.2 TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: AMPLIAÇÃO DE TAREFAS E O IMPACTO NA SALA DE AULA

Historicamente a educação tem desempenhado papéis multifacetados na sociedade, além de ser um campo complexo que pode servir tanto para perpetuar ideologias dominantes quanto para promover transformações sociais significativas. Ambas as funções estão interligadas, mas sua ênfase pode variar dependendo do contexto cultural, político e econômico de uma época ou lugar (Oliveira, 2013).

Conforme o autor acima, dependendo da filosofia da escola, da forma de se trabalhar e das condições, resultará no tipo de educação que os alunos recebem, quer seja voltada para formar indivíduos capazes de se reconhecerem enquanto sujeitos ou para a reprodução do saber e formação/capacitação de mão de obra para o capital.

Dessa forma, as condições de trabalho têm grande importância no efetivo trabalho do docente, na medida em que, necessita compreender a organização da sociedade capitalista e suas contradições, no intuito de realizar um trabalho junto com o aluno para emancipação de sua condição de explorado. O conhecimento nessa sociedade é poder, e a ideologia impingida por essa sociedade, refletirá na reprodução das ideias e de estrutura social da classe dominante.

Para Höfling (2014), a ideologia está vinculada com o poder e interesse, por isso as políticas educacionais destinadas para os professores acabam afetando não apenas estes, mas também aos alunos e a sociedade. Importa dizer que o estudo sobre as condições de trabalho do docente no Brasil na educação básica torna-se importante para se entender como os governos atuam na disputa por uma ideologia, pois ora o Estado atua em favor do capital, ora da sociedade, mediando essa relação no sentido de manter a dominação.

Sendo assim, a educação é um dos fatores mais importante para o desenvolvimento de um país. É por meio de saberes que o país aumenta a qualidade de vida da população. O Brasil tem evoluído, porém ainda não é suficiente para chegar a um nível aceitável em uma visão global e um dos assuntos mais questionados é a carência na educação e o trabalho docente e que está relacionado diretamente a diversos aspectos sociais, econômicos e políticos (Torres, 2013).

Quando se fala da temática, trabalho docente não tem como isentar os órgãos públicos de sua responsabilidade de assegurar condições dignas favoráveis para que os educadores realizem um trabalho significativo, isso reforça a falta de compromisso com que a educação é tratada, segundo Ponce (2014).

De certa forma essa carência no desenvolvimento educacional no Brasil já vem

desde os séculos passados e como a educação ocupa um lugar privilegiado na transformação da sociedade a culpa tenderia a cair sobre o profissional docente que lida diretamente com a educação, tornando-se alvo de muitas críticas de fracassos e pensamentos de esperança dos problemas sociais. Prado et al (2013, p. 9) afirmam que “o professor, responsável direto pelo cotidiano da sala de aula, apresenta-se, então como mais ou menos qualificado para exercer sua função, com maior ou menor autonomia e controle sobre seu processo de trabalho”.

Acredita-se que a opção por desempenhar a função de educador é uma escolha que tem como princípio o prazer de ensinar e contribuir com a construção do conhecimento de indivíduos, conduzindo-os a ampliar a sua ciência do mundo, pois a educação está a serviço da população, no sentido de promover o seu crescimento intelectual, ampliando o leque de oportunidades e valorização.

Atualmente os desafios do trabalho docente têm sido redefinidos em função de uma sociedade em rápida transformação de perspectiva e valores, o que tem demandado tanto dos profissionais quanto dos sistemas educativos nos quais estão inseridas, ações que possam responder a esses desafios (Vilella, 2014).

Acredita-se que todos esses contextos compõem o fazer pedagógico, e as práticas docentes, e que os mesmos não devem se limitar e nem se esgotar no ambiente de sala de aula, elas devem estar relacionada à diversidade do cotidiano do aluno. Portanto, refletirmos sobre o trabalho docente de forma significativa é um desafio que faz com que se construam novas perspectivas nas práticas pedagógicas atuais (Castro, 2014).

E assim, discorrendo na leveza de conceber o trabalho docente de seu coletivo, torna-se frágil diante das múltiplas cobranças, sem conseguir nas dramáticas do uso de si, construir respostas aos problemas do mundo contemporâneo. Nesse contexto, o fracasso escolar conhecido como expressão comum a partir da entrada das classes populares na escola atinge maior dimensão. O Congresso Internacional de Educação (2016) ocorrido em Sorocaba/SP, apresentou e discutiu sobre os desafios que enfrentam hoje os profissionais da Educação, assim como o panorama triste da realidade brasileira, em que o fracasso escolar é um drama na educação em níveis alarmantes na história da educação brasileira, na busca de dar visibilidade aos aspectos contemporâneos em suas relações com a atuação dos profissionais de Educação.

Diante desse problema, a procura por um culpado é sempre uma saída estratégica. Assim, a culpa projeta-se inicialmente sobre o aluno e a família, no entanto,

[...] mas vai além, recaí sobre o professor e a escola. Nossa categoria passa por uma desmoralização: somos incompetentes, somos descomprometidos, somos uma categoria muito heterogênea. A culpa está em todos, menos no poder que gera essa situação (Ribeiro, 2013, p.24-25).

Dessa forma, ao se eximir de olhar a situação com a complexidade que ela exige, os professores isolados em suas escolas, sofrem com a intensificação das cobranças e sentem-se frustrados diante do pouco êxito de seu trabalho. Dessa forma, o próprio professor também “[...] tende a se culpar desde seus primeiros enfrentamentos com a realidade cotidiana do magistério, porque em muito pouco tempo descobre que sua personalidade tem muitas limitações que não se encaixam no modelo de “professor ideal”, com o qual se identificou durante o período de formação inicial (Prado et al, 2013, p.50).

Assim sendo, os ideais atribuídos à profissão docente são históricos e culturais. Todavia, algumas características expressam no cerne da profissão. Durante a sua formação, na maioria das vezes o docente não tem o contato com o contexto real das escolas, apenas com imagens que não se coadunam com a situação do cotidiano. Os professores formados nessa perspectiva, ao ingressarem nas escolas, sentem-se perdidos, pois as imagens que tinham sobre a educação e sobre os alunos, esvaem-se no decorrer do seu trabalho (Ribeiro, 2013).

A partir daí, os professores acumulam várias tensões e conflitos e sentem-se desorientados em seu fazer prático, pois,

As condutas dos alunos põem á prova nossos poderes e saberes, nossas autoimagens doentes. E de maneira radical. Na raiz. Há motivos para perplexidades. Na nova relação com os alunos fica instalada uma nova relação com nós mesmos. Aprendemos e nos aprendemos. As tensões e medos são legítimos. Tensões que partem do choque com as condutas dos alunos, mas que tocam nas raízes mais fundas de nossa docência (Leite, 2013, p.37).

Para o autor supracitado, a correlação entre as palavras “docente” e “doente” não é aleatória, mas é preciso aproximar-se do contexto do trabalho dos professores para compreender os dilemas que tencionam e enfraquecem a profissão provocando mal-estares e adoecimento.

No que é corroborado por Araújo e Sousa (2013), quando afirmam que o adoecimento do professor, está relacionado tanto na sua dimensão individual, da singularidade de cada ser humano com sua subjetiva relação com o meio em que está inserido, mas também consideram que: “[...] a saúde também está referenciada a um meio social, histórico, político, cultural, que remete a uma história coletiva condensada

e presente nas regras de trabalho, às quais todos estão subordinados.” (p.9)

Além de que o percurso da profissão docente tem sido na direção contrária a um bem-estar, pois o não reconhecimento pelo seu trabalho extrapola a área da saúde e atinge o próprio âmago do trabalho docente em que as incertezas são constantes em seu trabalho e no mundo. As desigualdades sociais se evidenciam de forma expressiva e influenciam a sua prática. Contudo, a imagem de professor que a sociedade espera é daquele que terá o desafio de ajudar as pessoas a construírem uma vida digna (Noronha; Assunção & Oliveira, 2013).

Dessa forma, o professor sente o peso de uma cobrança, já tradicional na profissão, que traz a expectativa de que o mesmo seja um agente transformador da sociedade através da educação. Assim, é possível mencionar que o mesmo sofre por não conseguir vivenciar as expectativas em relação ao seu trabalho, associadas ao fazer cotidiano, de encantar seu aluno no conhecimento (Mendonça Filho, 2013).

Mediante o contexto, é perceptível que o mal-estar docente é uma realidade que passa a ser questionada e analisada por diversos autores já mencionados e que advertem sobre as dificuldades de exercer essa profissão na contemporaneidade. Logo, é contumaz que a profissão do professor tem sofrido ao longo dos tempos muitas transformações, que interferem drasticamente no seu papel deixando entreabertas lacunas entre o ideal e a realidade do trabalho docente.

Para Paschoalino (2012), a sociedade sofre com o mal-estar do trabalho docente, que é definido nas e pelas interações humanas, portanto um “trabalho interativo” (p. 10), cujas transformações ocorridas ao longo do tempo do papel do professor, resultam em marcas de sofrimento no docente, que possibilita constatar um distanciamento entre os ideais da profissão e a realidade profissional.

Sobre isso, Mendonça Filho (2013), ressalta que há expectativas crescentes em torno do trabalho do professor atrelado às demandas da sociedade atual, onde o mesmo deve atender a todas as exigências da contemporaneidade, desde a formação integral e completa dos alunos, capacitá-los com uma cultura geral e também diversificada possibilitando o conhecimento científico, a comunicação e o raciocínio lógico até as diversas dimensões do ser humano para alcançar sua plena formação psicológica, afetiva e emocional.

Do mesmo modo, o professor tem também o desafio de preparar os alunos para serem integrados ao mundo do trabalho, que demanda profissionais flexíveis, criativos e com a capacidade de aprender a aprender. Também será tarefa do professor focar a educação sexual, o cuidado com a higiene e vários outros aspectos (Costa, 2015).

Todas essas demandas grandiosas aumentam os conflitos desse profissional que, ciente das expectativas em torno de seu trabalho se sente impotente, fragilizado diante dos resultados dos alunos. A sociedade espera a atuação do super herói, ao projetar na figura do professor o protótipo de salvador das juventudes e o professor se rende à culpa por não atingir os objetivos esperados pelo seu trabalho na escola.

Sendo assim, mesmo perante essas tensões e conflitos eles mostram que ao exercerem uma atividade de responsabilidades e valor, segundo Mendonça Filho (2013), o professor ocupa uma posição estratégica nas relações sociais, pois exerce um papel intelectual importante sendo portador, intérprete e crítico de uma cultura e produtor de conhecimento; guardião responsável pela consolidação das regras de condutas e maneiras de ser valorizada pelas sociedades.

Apesar de que socialmente desvalorizados, os professores sabem que possuem o poder de influenciar as futuras gerações, pois exercem um papel sociocultural de quem lida, interpreta, transmite e faz mediações diretas com o conhecimento historicamente acumulado. Por isso, garantir às crianças e jovens o domínio das competências necessárias para sua inserção no mundo do trabalho e da cidadania é, atualmente, o objetivo da educação básica. Neste sentido, o direito constitucional à educação é agora definido como o direito ao aprendizado (Garcia et al, 2013).

Todavia, promover a aprendizagem dos alunos não tem sido uma experiência bem-sucedida em nosso país porque o prazer de mediar o conhecimento e o patrimônio cultural acumulado pela humanidade é a todo tempo ameaçado pela não aprendizagem, pelos analfabetos funcionais ou pelo fracasso escolar. Essa realidade, que marca a educação brasileira, nos obriga a encontrar formas e saídas para auxiliar os professores nesta tarefa árdua de ensinar-aprender (Leite, 2013).

Tal situação leva a pensar sobre a necessidade de se proporcionar a formação dos professores, uma vez que em qualquer área de atuação, o conhecimento profissional representa o conjunto de saberes que habilita o indivíduo para o exercício de sua profissão, que o torna capaz de desenvolver as suas funções, bem como de contribuir para que os profissionais ampliem a visão sobre o conhecimento e sobre os processos de ensino e que exerçam com vigor, criatividade e consciência crítica o trabalho árduo de mediar e compartilhar a cultura acumulada pela sociedade (Oliari, et al. 2013).

Nesse sentido, o trabalho docente é visto, como uma atividade de interações humanas, pois Garcia et al (2013) enfatizam que o trabalho docente é como uma atividade social, uma vez que se relaciona com a prática social porque seu saber

integra saberes cognitivos, de experiências curriculares e disciplinares que são adquiridas dentro do seu contexto profissional,

A formação profissional é um processo que exige do professor um olhar crítico sobre suas representações pessoais, concepções e crenças sobre a educação, bem como sobre a instituição de ensino, as problemáticas sociais que se manifestam na escola, as formas de ensinar e aprender, pois o professor deve ser ativo e comprometido com esta realidade (Oliari et al., 2013).

Segundo os autores, é na construção cotidiana das situações de trabalho que a profissão docente vai se constituindo, essencialmente social, uma atividade entre parceiros, ou seja, um trabalho de interações humanas.

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional era voltada para as classes subalternas, ou seja, “a educação básica profissionalizante foi criada para atender crianças, jovens e adultos excluídos socialmente, privados dos seus direitos de decisão, participação e contribuição para a sociedade” (Centeno & Timóteo, 2016, p. 2).

Com base no que fora escrito, com base no pensamento dos autores supra, entende-se que a história da educação profissional indica que sua criação ocorreu como forma de controle social, com vistas a atender um grupo social que não se enquadrava em nenhum outro da sociedade, ou seja, aos pobres, órfãos e deficientes, estando totalmente à margem, ou seja, está fora da educação formal básica, buscando tão somente apresentar técnicas utilizáveis apenas no mundo do trabalho

No tocante à educação profissional, foi possível perceber que o processo de construção das bases do ensino no país, tanto do ensino médio como do ensino profissionalizante, ocorreu concomitantemente, mas também em momentos distintos, sendo esta destinada aos pobres de modo geral, visto que o trabalho manual (que era desvalorizado) era destinado a esse grupo desfavorecido (Frigotto & Ciavatta, 2002).

Vale ressaltar de modo crítico que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Carta Magna, em seu artigo 6º, estabelece entre os direitos sociais o direito “à educação e ao trabalho, a segurança, moradia e saúde como indispensáveis à vida humana” (Brasil, 1988), e outros ainda, aos quais não serão discutidos neste estudo.

No tocante aos marcos legais específicos da educação, destaca-se a Lei de

Diretrizes e Bases (LDB n.º 9.394/96), que no artigo 21, estabelece que a educação escolar está composta por dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. Ela também possui modalidades, como a Educação Profissional e Tecnológica, cujo objetivo é a preparação e a integração com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Conforme o artigo 39 da LDB, a educação profissional e tecnológica, “no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Brasil, 1996).

Neste sentido, a Educação Profissional e Tecnológica tem um caráter de verticalização, podendo atuar desde a Educação Básica, com o Ensino Fundamental, através da Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional; com o Ensino Médio, por meio da formação Técnica Articulada, (em Cursos Integrados e Concomitantes) e em Cursos Subsequentes, podendo articular-se com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA); até a Educação Superior, por meio da graduação com Cursos Superiores Tecnológicos, Cursos Superiores, e na pós-graduação em Especializações, Mestrados e Doutorados.

É pertinente pensar a Educação Profissional e Tecnológica como princípio de trabalho técnico somado à formação integral, à ciência e à tecnologia. Uma articulação política inovadora é a expansão da rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo com a qualificação humana e para o trabalho, como educação pública, gratuita e de qualidade, atuando em prol das demandas sociais e do desenvolvimento regional.

A educação para o trabalho, de acordo com Cortella (2014, p. 17), precisa superar o significado original do termo trabalho que é *tripalium*, tomado como instrumento de três paus usado para o sacrifício e a tortura, transformando-o em poíesis, como possibilidade de liberdade, cultura, relações solidárias e mais tempo-livre para desenvolver atividades criadoras.

Freire (1993) acrescenta que ao educar está se exercendo um papel político, assim temas como ética, cidadania, política, trabalho, condições de sobrevivência devem ser tratados. Estes são referenciais da educação popular que, por meio do diálogo, tenta recuperar a humanidade, muitas vezes roubada do trabalhador, visto como mercadoria.

Deste modo, a educação precisa atuar na inclusão social dos sujeitos pelo trabalho, e não favorecer a exploração. Na educação é importante valorizar as experiências, os conhecimentos prévios, as vivências da realidade, trazendo o

trabalho como eixo articulador do currículo, como analisam Frigotto e Ciavatta (2002), incentivando a autonomia e não a subordinação.

Portanto, enfatiza-se que a Educação Profissional e Tecnológica deve buscar a emancipação, a cidadania, o desenvolvimento com justiça social e não entrar no jogo apenas de formar/instruir a classe trabalhadora restritamente para o trabalho. Infere-se ainda, que a Educação Profissional e Tecnológica está diretamente integrada e sofre influências do padrão de acumulação do capital, que vem se modificando ao longo da história. Mais recentemente, com o uso de tecnologias, há mudanças profundas no processo de produção e, com isso, novas habilidades são exigidas dos trabalhadores. Contraditoriamente, desqualifica-se a educação pública e se pretende desconstituir a rede de Educação Profissional e Tecnológica, a qual nos referimos acima; assim como, a educação pública em sua totalidade (Lorenzetti; Andreolla & Paludo, 2020).

A partir dessa visão, Fernandes (1989, p. 9) reconhece que o sistema educativo é dual, pois,

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusivista. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado; ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado! [...] Por que os que são proprietários dos meios de produção têm capacidade de comandar, a arrogância de mandar, etc? Porque eles aprendem nas escolas uma educação de classe e adquirem uma cultura geral que é uma cultura formativa. Temos de dar ao trabalhador essa mesma educação. O trabalhador precisa conhecer o mundo, explicar o mundo e, para isso não basta lhe dar adestramento.

Isso significa que a educação não pode ser um sistema dual, um formato para a elite e outro para as camadas populares/classes populares/classe trabalhadora. A educação e seu vínculo com o trabalho não pode ser pensada de uma maneira determinante e limitadora para as massas, para a população em geral e de outra forma mais científica para as elites. Ou seja, não se pode apenas favorecer o capital e dar as costas para a sociedade.

Em suma, o ensino, seja ele profissional ou médio, deve seguir o caminho da formação de cidadãos capacitados para compreender a realidade onde estão inseridos econômica, política e culturalmente, bem como do universo do trabalho, para assim serem atuantes tomando por base a ética, a competência e a técnica, tendo por fim levar contribuição para a transformação da sociedade, bem como dos interesses sociais e coletivos (Lima; Silva & Silva. 2017).

No tocante à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), destaca-se que

passou por várias reformas, cujo embasamento teórico sofreu diferentes influências e contextos ao longo do tempo. Ela também foi alterada por visões e interesses contraditórios, cuja formação técnica e profissional assumiu lugares diversos, marcada por objetivos e propostas ora convergentes, ora divergentes (Lorenzetti; Andreolla & Paludo, 2020).

Históricamente, como já citado, a EPT era destinada no início, à formação dos pobres e desamparados e foi transformada como meio de formação das classes trabalhadoras, tendo em vista sua conformação às exigências do mercado de trabalho (Azevedo & Coan, 2013), resultando na busca de acompanhar o nível de desenvolvimento social, político e econômico do Brasil.

Conforme o pressuposto, percebe-se sinais de uma nova possibilidade de organização da EPT no campo do trabalho e da educação. Pois, a desigualdade e a exploração – eixos fundantes em uma sociedade de capitalismo dependente – motivam uma leitura do contexto a partir do qual se projetam novas bases para a educação profissional. Sinaliza-se, portanto, a formação para o trabalho de modo mais amplo, integral, não apressado, tampouco fragmentado, mas comprometido com a superação da dualidade educacional presente historicamente na sociedade brasileira (Oliveira & Frigotto, 2021).

Sendo assim, as bases da EPT serão compreendidas a partir do desenvolvimento e da relação entre três pilares que a fundamentam: da ontologia, da epistemologia e da práxis.

A dimensão da ontologia deve ser compreendida como fator de humanização e sobrevivência de todos os seres humanos, o que significa que é algo inerente ao ser humano por ser social e fazer parte da natureza. Em outras palavras, a base ontológica da EPT é uma concepção marcada pela radicalidade do entendimento de que o homem se produz e reproduz, realiza-se e identifica-se como tal por meio do trabalho como atividade vital no intercâmbio com a natureza de que é parte (Oliveira & Frigotto, 2021).

Desse modo, essa dimensão não deve ser entendida sob a ótica da divisão do trabalho, responsável pela fragmentação e alienação do próprio homem. Ao contrário, deve ser compreendida no sentido de se buscar resgatar a concepção de trabalho que humaniza e potencializa o homem, pois “a especificidade do trabalho como agir humano que não abandona a esfera da necessidade, mas ao mesmo tempo a supera e cria nela os reais pressupostos da liberdade” (Kosik, 1995, p. 207).

De modo geral, explica-se que não se trata de entender trabalho como emprego, que é a forma histórica assumida na sociedade capitalista, mas como

categoria fundante do ser humano por meio da qual produz o mundo e a si mesmo, criando condições para sua vida. Como afirma Marx (2017, p. 255),

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2017, p. 255).

Assim, parafraseando o autor supra, o trabalho deve ser visto como o ponto de partida para a superação da exploração e da desigualdade, cuja manutenção é defendida pela burguesia. A concepção epistemológica refere-se à compreensão de que o trabalho é o princípio da vida sobre qual a escola precisa estar alicerçada, para a classe trabalhadora, ou seja, como parâmetro educativo para a classe trabalhadora, pois, dessa forma, pensá-lo como princípio educativo vai além de identificá-lo apenas como um recurso metodológico e didático, uma vez que ele é a vida real, lugar de existência humana (Pistrak, 2000).

Em linhas gerais, a escola do trabalho deve combinar teoria e prática, formação geral, científica e acadêmica com formação para o trabalho socialmente útil, no sentido de suplantando a dubiedade educacional que alimenta desigualdades. Trata-se, portanto, de uma concepção que leva em consideração o ser humano em sua totalidade, no que Gramsci (1982, p. 7-8) defende:

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover maneiras de pensar.

Tal afirmação requer a compreensão de que educar pelo trabalho implica a construção de um projeto educacional atrelado com a formação de indivíduos capazes de cuidar de sua própria vida, de forma emancipada e autônoma, não sendo apenas "mamíferos de luxo" (Gramsci, 2007, p. 270), que vivem do trabalho de outros.

E, por fim, a dimensão da práxis se realiza a partir da necessidade de se reelaborar um novo projeto de sociedade, que transcenda para a libertação do trabalho, do conhecimento, da tecnologia e da ciência, superando a fragmentação causada pela alienação do trabalho

Konder (2018, p. 123) entende a práxis como:

Atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Trata-se de defender a educação profissional com base na dimensão prática, e lutar pela superação tanto do academicismo (educação unicamente como verniz cultural) quanto do tecnicismo aligeirado (educação reduzida a treinamento). A formação profissional e tecnológica deve estar associada a um projeto de escola que forme indivíduos a partir da noção da omnilateralidade: indivíduos não fragmentados e capazes de refletir, fruir e produzir (Konder, 2018).

Manacorda (2007) assinala uma escola alinhada à dimensão política, inserida nas lutas e tensões dos indivíduos, desde que esteja fundamentada na práxis, na luta e ensina a lutar pela transformação social. E continua dizendo que, tendo o homem que trabalha como base ontológica e o trabalho como princípio educativo na fundamentação epistemológica, a dimensão praxica defende uma formação integrada com as demandas da sociedade, dentro da qual a ciência e a tecnologia devem ser colocadas a serviço das necessidades e transformações sociais

Ancoradas nessas perspectivas, essas bases discutidas evidenciam uma escola que forma o homem em sua totalidade e integralidade, a partir de ampla visão sobre o mundo. Assim, a formação profissional e tecnológica implica formar para o trabalho enquanto manifestação de autonomia, emancipação e criação. Não se tem a finalidade de formar o *homo faber* ou o *homo economicus*, ambos marcados pela concorrência e competição que minam os vínculos solidários e cooperativos (Oliveira & Frigotto, 2021).

Em suma, o ensino profissional que é alicerçado na dimensão ontológica do trabalho, desenvolvido na perspectiva epistemológica do trabalho como princípio educativo, assumindo a dimensão prática das lutas e tensões da sociedade, leva à compreensão de que é um ensino comprometido com a vida. E não a vida abstrata e genérica, mas a vida real, concreta, fundamentada nas relações materiais de produção que contempla não só as necessidades básicas – comer, beber, ter um teto – mas também as condições para disputar as necessidades sociais, culturais e subjetivas (Pistrak, 2000).

2.4 SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO

Acerca do conceito sobre saúde mental, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012, p. 31) traz a seguinte compreensão:

Estudiosos de diferentes culturas definem diversamente a saúde mental. Os conceitos de saúde mental abrangem, entre outras coisas, o bem-estar subjetivo, a autoeficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional da pessoa. Numa perspectiva transcultural, é quase impossível definir saúde mental de uma forma completa. De um modo geral, porém, concorda-se quanto ao facto de que a saúde mental é algo mais do que a ausência de perturbações mentais.

Apesar de ser um conceito amplo para ter uma única definição, a saúde mental representa muito mais que a ausência de perturbações mentais, pois abrange emoções, autonomia, relacionamentos e a forma de enfrentamento aos desafios da vida.

Ainda de acordo com a constituição da OMS (2012, n.p), “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. Além disso, atualmente, compreende-se que a espiritualidade também é fator importante para um completo bem-estar da saúde mental do indivíduo.

As mudanças realizadas no tocante à prática da atenção psicossocial vêm transformando as práticas até então adotadas e o conhecimento na seara da saúde mental, buscando superar o modelo hospitalocêntrico pautado no entendimento da loucura como doença mental e de que o hospital psiquiátrico seria o único lugar para o tratamento e cura.

Portanto, essa nova configuração leva à reflexão de que as equipes que atuam no contexto estudantil devem adotar um novo olhar para a saúde mental destes, enxergando-os enquanto sujeitos na sua totalidade, tendo como objeto de cuidado o indivíduo em sofrimento psíquico e a sua relação com o social (Abreu et al., 2015).

Conforme o exposto, a partir das políticas públicas de saúde na educação, observa-se que para a promoção de saúde mental dentro do contexto escolar se faz indispensável e necessário, tornar o ambiente escolar um lugar onde deva existir interesse mútuo e que haja saúde de todos os seus membros, como um dos objetivos educacionais, e não tão somente apenas um lugar onde se produz educação e conhecimento de forma eficaz. Aliado na colaboração e na formação de um pensamento crítico do estudante, que tenha como resultado a aquisição de práticas que visem promover, manter e recuperar a própria saúde (Silva et al., 2019, p.134).

No âmbito da saúde mental, Abreu et al., (2015) enfatiza que a escola pode contribuir de diferentes ações para a promoção de saúde mental, seja consolidando-se como um ambiente saudável e protetor, seja preocupando-se em desenvolver nos alunos recursos que os ajudem a lidar com os desafios cotidianos e que permitam a elas se perceberem como protagonistas dos processos de saúde.

Portanto, entende-se e corrobora-se a defesa de que a escola é um dos principais contextos de vida de pessoas (crianças, adolescentes e adultos na atualidade), possuindo, assim, um caráter psicossocial relevante que deve ser assumido e explorado. Em outras palavras, preocupa-se com o desenvolvimento da autonomia de seus membros, com a concretização de relações democráticas e solidárias, por meio das quais são estimuladas a reflexão crítica, a valorização das relações humanas e a participação social (Alves; Aerts & Câmara, 2015).

Em face ao exposto, importa enfatizar que os profissionais envolvidos em atividades em que há o contato direto com o público, como os da educação e da saúde, estão mais expostos aos riscos psicossomáticos (Ferreira et al., 2015). Na área da educação, sintomas de depressão, ansiedade e estresse são considerados como os principais motivos de afastamento de professores, pois a cada dia esse número cresce por causa da sobrecarga e da forma como as atividades são impostas no ambiente de trabalho, fatores esses que têm contribuído para o adoecimento dos docentes (Diehl & Marin, 2016), conforme a figura abaixo.

Figura 1. Condições de saúde mais prevalentes em professores

	Depressão	Ansiedade	Burnout
Conceito	Designar as alterações no estado afetivo, em que o indivíduo apresenta sinais de tristeza ou ainda sintomas, síndromes e doenças (APA, 1995).	Estado que expressa a experiência subjetiva do indivíduo, compreendendo um conjunto de sinais e sintomas que envolvem o campo físico, emocional, mental e existencial	É a consequência de uma reação que o organismo tem quando estimulado por fatores externos desfavoráveis, culminam com uma descarga de adrenalina.
Sintomas	Humor deprimido ou irritável e interesse ou prazer diminuído em quase todas as atividades		Instabilidade de humor, medo ou insegurança e ansiedade.
Dados de prevalência	29%	23%	25%

Fonte: Diehl & Marin, 2016.

Na área da educação, os sintomas de depressão, ansiedade e estresse são considerados como os principais motivos de afastamento de professores, pois a cada dia esse número cresce por causa da sobrecarga e da forma como as atividades são impostas no ambiente de trabalho, fatores esses que têm contribuído para o adoecimento dos docentes (Diehl & Marin, 2016).

2.5 ESTRESSE E O TRABALHO DOCENTE

O termo estresse tem sido objeto de discussão por muitos pesquisadores, uma vez que se evidencia sua relação com a saúde. Foi utilizado pela primeira vez na área da saúde em 1926 por Selye, com a intenção de designar um conjunto de reações específicas que havia observado em pacientes sofrendo as mais diversas patologias. Por volta de 1936, houve a definição de Hans que relaciona a reação do estresse como uma síndrome geral de adaptação e como uma resposta do corpo a qualquer exigência (Selye, 1956).

Em uma visão biopsicossocial, Camelo e Angerami (2014), afirmam que o estresse perpassa pela relação particular entre pessoa, seu ambiente e as circunstâncias as quais está submetida, cuja avaliação passa como uma ameaça ou algo que exige dela mais que suas próprias habilidades ou recursos e que põe em perigo o seu bem-estar. Cabe frisar, no entanto, que o estresse por si só não é suficiente para desencadear uma enfermidade orgânica ou provocar um prejuízo significativo na vida da pessoa. Ao contrário, para que isso ocorra é necessário que outras condições sejam satisfeitas, tais como a vulnerabilidade orgânica ou uma forma inadequada de avaliar e enfrentar a situação estressante, envolvendo o estresse ocupacional.

Assim, é possível observar que também está relacionado as questões psicológicas, uma vez que provoca certo descontrole das funções normais de seu organismo e, como consequência, o indivíduo perde o ritmo de suas reações psicológicas. O estresse caracteriza-se por uma resposta do organismo expressa por meio de manifestações de natureza física e psicológica que podem ocorrer frente a situações que causem

De acordo com Camelo e Angerami (2014), o corpo de um indivíduo que passa por um processo de desgaste, emite sinais de maneira natural, demonstrando perigo e simboliza uma forma que o corpo encontra para demonstrar um estado emocional alterado. Então, o estresse ocorre por uma alteração que o indivíduo sofre sempre em que se encontra diante de situações adversas pelas quais não está acostumado,

havendo um descontrole gerado pelo desconhecido e a partir do momento em que aparece imediatamente o corpo procura uma maneira para se defender.

Assim, entende-se que o estresse é permeado por pressão, tensão ou insistência, ou seja, estar estressado quer dizer estar sob pressão ou sob a ação de estímulo insistente, no qual desencadeia situações de desconforto que são produzidos por alterações psicológicas em muitos casos, de forma excessiva, insuportável, colocando o indivíduo em um estado desconfortável e gerando mal-estar.

Segundo Carvalho e Serafim (2015, p. 123) “o estresse está fundamentalmente ligado às questões psicológicas, logo, o estressado não se dá conta da carga emocional que recebe entrando em um estado de confusão mental, provocando um descontrole das funções normais de seu organismo”. Ademais, a funcionalidade desse estado ocorre pela força que o corpo faz para reagir às pressões que existem na vida, adaptando-se às estressantes rotinas da vida moderna e urbana, chegando até mesmo a um estado de castigar o próprio corpo.

Este agravo se caracteriza como uma tensão associada ao trabalho e à vida profissional, cujos agentes estressantes estão interligados e têm origens diversas que advém de circunstâncias de descontentamento profissional (Rocha & Martino, 2016).

Kurebayashi et al (2015) explicitam como estressores do ambiente físico: ruído, iluminação, temperatura, higiene, intoxicação, clima, e disposição do espaço físico para o trabalho (ergonomia); e como principais demandas estressantes: trabalho por turnos, trabalho noturno, sobrecarga de trabalho, exposição a riscos e perigos. Assim, entende-se que, o trabalho, é um agente causador de problemas de insatisfação, desinteresse, apatia e irritação. O que concordam Rocha e Martino (2016), destacando também o fator saúde, na qual o profissional que não se organiza de forma que possa ter um tempo dedicado para cuidar do seu bem-estar

2.6 ESTRESSE OCUPACIONAL

Nos termos da Lei nº 8.213/91 (art. 20, incisos I e II), que dispõe que as doenças ocupacionais “são as que estão diretamente relacionadas à atividade desempenhada pelo trabalhador ou às condições de trabalho às quais ele está submetido.”

Diante do exposto, o estresse é um assunto atual discutido mundialmente e que advém da diversidade de contexto social e vulnerabilidades a que os trabalhadores estão sujeitos no processo laboral (Barcaui & Limongi-França, 2014). O estresse pode

ser classificado em: a) distress, que é o contrário do estresse, consiste numa tensão com rompimento do equilíbrio biopsicossocial, podendo a sobrecarga ser tão grande que passam a aparecer os sintomas da doença mental; b) eustress, que consiste em tensão ou esforço sadio, derivado de situações que causarão bem-estar e satisfação. E, por fim, c) o estresse profissional ou ocupacional que pode ser compreendido como um estado emocional desagradável devido ao desgaste em que as pessoas são submetidas nos ambientes e relações de trabalho (Barcaui & Limongi-França, 2014).

Em relação ao estresse ocupacional do trabalhador pode ser definido, segundo Ganster e Rosen (2016), quando as vivências no local de trabalho passam a produzir alterações a curto ou médio prazo na saúde física e mental. Desse modo, este mal-estar leva ao estresse e ao esgotamento que somados à acumulação de exigências sobre o professor e, devido às transformações do seu trabalho profissional, podem desencadear a depressão, ansiedade ou burnout (Ganster & Rosen, 2016).

Aliados a isso, existem também as atividades *de persi* do trabalho docente, que estão sendo postergados por inúmeras alterações advindas do processo de reorganização escolar, com as quais trazem novas exigências e perspectivas para o exercício da profissão, colocando em xeque a escola e professores, e leva-os a pensarem a novos conceitos em relação a dimensão humana e relacional do ensino burnout (Ganster & Rosen, 2016).

Nesse sentido, surgem novos problemas no interior da escola e das salas de aula, que se manifestam a partir da heterogeneidade das turmas do ponto de vista socioeconômico, cultural e étnico; nas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos; na dificuldade muitas vezes existente para a efetiva inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares (Silva & Fernandes, 2016). Soma-se também a existência de problemas relativos às relações familiares, que se expressam na violência doméstica, no abandono familiar, na ausência dos pais no processo de escolarização dos filhos, no consumo de drogas entre crianças e jovens e a gravidez na adolescência.

Assim, as múltiplas e imprevisíveis questões sociais que adentram as salas de aula, ultrapassam a relação do processo de ensino/aprendizagem, produzindo tensões e dilemas, exigindo do docente, respostas rápidas e competências variadas, para as quais muitas vezes tem dificuldade para enfrentar. Sobre isso, Santos (2015, p. 367), corrobora dizendo que “os docentes estão sendo forçados a assumir papéis de psicólogo, assistente social, enfermeiros, pais, gerando neles dúvidas e indecisões, quando não a apatia ou o desespero, levando-os ao adoecimento e às vezes à desistência.” Nessa perspectiva, a intensidade do trabalho docente é definida pelo

esforço gasto pelos mesmos na docência. E, tal intensidade está relacionada com o investimento das energias e do desgaste provocado com o trabalho, acarretando cada vez mais em sentimentos de desilusão, de desencantamento com a profissão, evidenciando, assim, o quanto o fazer do docente pode estar relacionado ao estresse ocupacional (Naujorks, 2016).

Para Cândido e Souza (2017), o professor que é afetado pelo estresse apresenta menos interesses em práticas inovadoras, um desgaste quando exigido criatividade, e, além disso:

As causas de stress que levam ao “*burnout*” de professores são: classes muito grandes, falta de tempo e de recursos, isolamento, mau relacionamento com os colegas, falta de apoio e oportunidades limitadas de promoção [...] mudança frequente de emprego, isolamento, conflitos inter e intra individuais e uma redução generalizada no desempenho profissional (Ganster & Rosen, 2013, p. 4).

Pontes (2015) reitera tal afirmação à medida que mostra que as atividades pedagógicas dos professores são suscetíveis por circunstâncias desfavoráveis que forcem uma reorganização e improvisação no trabalho, tornando-o real, mas descaracterizado em relação ao processo como um todo, em termos de início, meio e fim.

Ribeiro (2016) concorda com a afirmação acima, quando enfatiza que os problemas na profissão docente estão se intensificando cada vez mais e atingindo um ápice, onde por vezes estudantes recém saídos do Ensino Médio tendam a nem pensar ou cogitar exercerem a atividade de docência.

Tais pensamentos se devem às dificuldades frequentes e intensas, para com as instituições e com os alunos, formando uma realidade dura, na qual as principais ponderações estão diretamente relacionadas à questão salarial e a valorização profissional, que não são vantajosas e, que faz com que por muitas vezes os docentes tenham mais de uma jornada laboral e em diferentes locais. Soma-se a isso, muitas vezes condições de trabalho precárias.

Ainda segundo Ribeiro (2016, p. 12), existem outras dificuldades que contribuem para o estresse ocupacional dos docentes como “o não acompanhamento das inovações tecnológicas, uma vez que a informatização é algo mais comum atualmente, pois o avanço da tecnologia, a chegada da Internet, e muitas outras formas de estudo foram criados com a intenção de facilitar e colaborar no trabalho e no aprendizado,” porém, não está ao alcance de uma boa parte das instituições, seja por razões financeiras ou por falta de profissionais capacitados.

De modo específico, podem aparecer alguns estímulos aos professores que se tornam estressores e patológicos, devido à frequência com que ocorrem, são eles: salas de aulas numerosas, barulho excessivo, temperatura e iluminação inadequadas, excesso de atividades extraclasse, cobranças de familiares, cobranças da equipe pedagógica e da direção da escola, familiares descomprometidos com a educação dos filhos, delegando essa função ao professor, crianças e adolescentes com dificuldades de compreender limites e exigência de constante aperfeiçoamento (Pereira, 2016).

Os pontos supracitados podem contribuir para a caracterização do quadro patológico do estresse, uma vez que podem ocasionar desmotivação do professor, insatisfação, comprometimento do seu trabalho, dificuldade no processo de aprendizagem dos alunos e, via de regra, o dispêndio acentuado de energia, ao ponto de se materializar como sofrimento somático por intermédio de vários sintomas: dores de cabeça, fadiga crônica, alteração de humor, hipertensão, insônia, anorexia, cansaço permanente, depressão, dentre outros.

Pereira (2016), também ressalta a existência de programas de prevenção contra o estresse dentro das escolas, que são: a primária, secundária e terciária, que será visto na figura a seguir.

Figura 2. Tipos de prevenção

Tipos de prevenção	Objetivos
Primária	Passa pela mudança do contexto escolar por meio de uma política de recursos humanos, juntamente com as técnicas de produção, permeada por um diálogo entre trabalhadores e direção, os processos de interação, uma boa comunicação e um clima de confiança favorável ao bom desempenho entre os elementos envolvidos, com a finalidade de reduzir o estresse laboral
	Centra-se nas formas do reconhecimento, como lidar com as

Secundária	situações estressantes e as consequências que causam no organismo, sendo orientadas por terapia cognitiva comportamental por meio de técnicas educativas como resoluções de problemas e comportamentos assertivos
Terciária	Consiste no tratamento específico do docente que tenha perdido o bem estar por meio da reabilitação e preparação para o retorno à escola

Fonte: Pereira, 2016.

E, para corroborar sobre o assunto, Esteve (2019), aponta doze indicadores que de forma resumida alinham as mudanças ocorridas na área educacional com reflexos na escola, no qual os primeiros se entrelaçam ao desenvolvimento de novas concepções de educação:

- aumento das exigências em relação ao professor;
- desenvolvimento de fontes alternativas à escola;
- inibição educativa de outros agentes de socialização;
- ruptura do consenso social sobre a educação;
- aumento das contradições no exercício da docência;
- mudança de expectativa em relação ao sistema educativo;
- modificação do apoio da sociedade ao sistema educativo;
- menor valorização social do professor e mudanças nos conteúdos curriculares.

Os três últimos fazem referências às variações intrínsecas ao trabalho escolar, como:

- Escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho;
- Mudanças na relação professor/aluno e fragmentação do trabalho do professor.

Portanto, todas estas alterações podem contribuir para promover o mal-estar na profissão docente, visto que ganharam notoriedade no final do século XX e se

estendendo até os dias atuais, tornando, assim, imprescindível a reforma da escola e do trabalho dos professores, para desenvolverem novas atitudes, atendendo a demanda de uma nova escola.

2.7 ESTRESSE DOCENTE E A SÍNDROME DE BURNOUT

Quando a atuação profissional compreende sofrimento frequente, o trabalhador acaba passando por esgotamento físico e psicológico, que são condições que podem levar ao que se denomina de estresse ocupacional (Andrade & Cardoso, 2015).

Percebe-se então, que o número de doenças diretamente relacionadas com o estresse está aumentando, e, concomitantemente, a preocupação sob formas de prevenção e cura. O estresse e seus estados crônicos afetam diretamente a execução de tarefas e desenvolvimento do trabalho. E mesmo o trabalho que motiva e gratifica, lembra Vieira (2016), quando realizado com afinco, exige esforço, capacidade de concentração, de raciocínio, implica desgaste físico e/ou mental, atuando na qualidade de vida.

Dentre as problemáticas vivenciadas no que concerne ao docente está a questão do estresse, que já foi definido anteriormente. Entretanto, é condição *sine qua non* garantir condições motivadoras para assegurar a manutenção do estresse em nível adequado ao bom desempenho do docente, o que implica, por exemplo, as condições para atualização, o atendimento de necessidades universais: fisiológicas, de segurança, social e pessoal, de amor/paternal – estar com os outros, de estima, de saber e conhecer (Zille & Cremonesi, 2016).

Ainda para Zille e Cremonesi (2016), a instituição que viabiliza a autorrealização¹ de seus docentes, os resultados serão positivos, pois contará com professores com melhor percepção da realidade envolvente, melhores relações com esta realidade, mais independentes, mais criativos, mais envolvidos com a solução dos problemas da organização e do ensino aprendizagem do que voltados para seus interesses pessoais. Dessa forma, tendem a não apresentar estresse acadêmico-institucional elevado e terão melhor desempenho.

Do contrário, quando o ambiente da escola é motivo de constante frustração para o docente, as consequências são negativas. Logo, havendo a frustração, há a impossibilidade de se atingir metas ou objetivos pessoais, com isso, culmina no

1 É a liberação dos potenciais internos para descobrir e experienciar tudo que uma pessoa tem a oferecer, sentimento de satisfação decorrente da efetivação das próprias potencialidades. Quanto mais a pessoa tem experiências de pico, estados de flow, ela leva seus desempenhos a níveis cada vez mais altos.

estresse e outros comportamentos negativos como a agressão, a fuga, a esquiva (faltas, absenteísmo, doença), persistência em respostas inoperantes, desvio de atenção e de compromisso, negação do fato, mudanças constantes de plano de ação e de estratégia, falta de adesão ao projeto pedagógico, crítica pela crítica e oposição descabida (Pereira, 2016).

Ainda segundo Pereira (2016), há condições para recorrer a aspectos característicos pré-existentes na cultura nacional, na comunidade ou mesmo na classe ou grupo a que a empresa está vinculada. Segundo o referido autor, podem ser considerados aspectos como os a seguir enfocados, feita a adaptação para o meio escolar, de acordo com a figura a seguir. São eles:

Figura 3. Aspectos característicos pré-existentes na cultura nacional e suas devidas ações

Aspectos característicos	Ações
Identidade Pessoal e Profissional do docente	Precisa contar com o apoio de um Psicólogo Escolar competente que também o assessore no planejamento do clima organizacional otimizando o uso das características pessoais.
Autonomia Pessoal	Deve ser estimulada e oferecidas oportunidades para que os docentes atuem com autonomia, responsabilidade, criatividade e criticidade, porém, de acordo com o projeto pedagógico da escola em cuja elaboração devem ter participado
Estrutura organizacional	É um aspecto que deve ser flexível, aberta, dispor de práticas diversificadas e rede de comunicação eficiente
Rede de Apoio Social	Propiciar ao docente a expectativa de ser apoiado nas circunstâncias em que vivencie dificuldades pessoais ou profissionais. Deve ser estimulada pela equipe técnica, especialmente no que concerne às habilidades e competências relevantes para o êxito do processo ensino-aprendizagem por Psicólogos escolares, grupos de trabalho e outras possibilidades podem servir neste contexto.
Estilo de liderança	Espera-se que não gere uma cultura de pressão, punitiva, com exagero de demanda, de regras e de normas. Novamente, o psicólogo escolar com base

	na psicologia organizacional ou o psicólogo organizacional atuando em projeto escolar específico podem ser de grande valia para os diretores.
Sistema de recompensa	Deve existir em toda organização para garantir o desenvolvimento pessoal e profissional, a adesão, a organização e o clima adequado.
Sistema de Gestão de Conflito	Sejam resolvidos com prontidão, justiça (transparente e com regras explícitas) e eficiência
Valorização do Risco	É um cuidado que se precisa ter para assegurar a renovação metodológica, tecnológica, conceitual, com novas propostas, que se renovam, precisam de apoio, de reforço para se manterem inovadores, por terem assumido o risco do progresso
Símbolos	São itens a serem valorizados como forma de dar maior coesão ao grupo. Isto implica em desenvolver e manter ritos, cerimônias, metáforas, festas informais e a própria história da instituição, de cada escola em particular
Valores da sociedade	Estratégias de comportamento devem ser usadas para que ocorram afirmação pessoal e ativismo em favor dos objetivos da escola .
Diversidade Cultural	Gestão da diversidade cultural e a formação do docente para lidar com ela, conhecendo tecnologias de ensino compatíveis

Fonte: Pereira (2016).

Todas as informações cima, conduzem a uma base importante do estresse do docente - o contexto da sala de aula (Pereira, 2016).

Segundo Baião e Cunha (2016), na revisão da literatura que realizaram, as doenças e disfunções ocupacionais mais comuns no meio docente são:

A exaustão emocional e de estresse, distúrbios de voz e disfunções musculoesqueléticas. Estas, segundo os autores, são condições com potencial de afastar o docente de seu trabalho por incapacidade física e psicológica. Alta carga horária de trabalho, condições inadequadas de trabalho, realização de dupla jornada e pouca oportunidade para se engajar em atividades de lazer são as variáveis mais frequentemente associadas ao adoecimento docente. Fatores associados ao estilo de vida também emergem como facilitadores do adoecimento, como sedentarismo e pouco lazer, que estão ligados ao pouco tempo livre e a fatores socioeconômicos.

Muitos autores afirmam que o relacionamento com outras pessoas no âmbito

de trabalho é uma fonte de estresse. E, neste sentido, aparece em meados da década de 1970 o termo *Burnout*, que no sentido literal significa “estar esgotado” ou “queimado”, e que é característico de profissões de ajuda, serviços humanos ou como Vieira (2016, p. 98) afirma: “aqueles profissionais que consistem principalmente em oferecer serviços humanos diretos e de grande relevância para seus usuários”.

Cabe salientar que a Síndrome de *Burnout* é formada por diversos estados sucessivos que ocorrem em um tempo e representam uma forma de adaptação às fontes de estresse. Assim, o *Burnout* e estresse são fenômenos que expressam sua relevância na saúde do indivíduo e da organização. Portanto, ao considerar qualidade de vida no trabalho, de forma a englobar aspectos de bem-estar e saúde biopsicossocial, deve-se tomar medidas de prevenção e tratamento para que esses estados não afetem a organização de maneira a impedir a produtividade e o desenvolvimento, nem mesmo ao indivíduo na sua saúde e qualidade de vida (Vieira, 2016).

Acrescentando que, segundo Baião e Cunha (2016), ao se tomar medidas, sejam de prevenção ou tratamento, é preciso conhecer os conceitos de tais estados na sua essência, para que não ocorram distorções como comumente acontece, referindo-se ao *Burnout* como um sinônimo de estresse, quando na verdade é uma resposta de um estresse crônico. É, no entanto, relevante associar os termos relacionando-os com a prática dentro do contexto institucional. A díade saúde e doença não são fenômenos isolados, ao contrário, encontram-se interligados ao contexto sócio-econômico-cultural, seja em suas produções como na percepção do saber que investiga e propõe soluções.

De acordo com Araújo Júnior (2016), percebe-se que o *Burnout* tem se definido como uma síndrome cujos sintomas são sentimentos de esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho. Estes sintomas podem desenvolver-se naqueles sujeitos cujo objeto de trabalho são pessoas em qualquer tipo de atividade.

Dessa forma, entende-se que o termo é uma resposta ao estresse laboral que surge quando as estratégias funcionais de enfrentamento apresentam falhas levando o sujeito a empregar e se comportar como variável mediadora entre o estresse percebido e suas consequências. Esse enfrentamento é definido por França e Rodrigues (2017), como sendo “o conjunto de esforços que uma pessoa desenvolve para manejar ou lidar com as solicitações externas ou internas, que são avaliadas por ela como excessivas ou acima de suas possibilidades”.

Mediante o contexto, a escola e os professores se veem mergulhados em um

processo em que as exigências e as responsabilidades educativas são cada vez maiores. Os professores, atordoados com a nova realidade que se descortina, vivem uma ambígua relação com as famílias de seus alunos e acumulam tensões geradoras de estresse, com consequências danosas para si mesmas e para o ensino, tais como a desesperança ou a descrença num trabalho educativo desenvolvido em parceria (Costa, 2015).

Outro indicador do estresse é a intensificação do trabalho do professor, o que segundo Souza e Leite (2016), passa pelas responsabilidades e mudanças que recaem aos professores, uma vez que esses profissionais lidam com as constantes mudanças dos programas curriculares; com os avanços tecnológicos que se aplicam ao ensino ; com o incremento da burocracia e com as diferentes cobranças sociais, que são processos que acarretam intensificação do trabalho.

Todas as atribuições supracitadas, consideradas e caracterizadas como sobrecarga no trabalho docente, por fazerem parte de um conjunto cada vez maior de funções e missões capazes de afetar a calma e comprometer o tempo necessário ao exercício reflexivo da profissão, o que demanda tempo e exige investimento pessoal, afetividade e reflexão, o que acentua o estresse e afeta a vida privada dos professores (Araújo Júnior, 2016).

No Brasil, a preocupação com a pesquisa de Carneiro em 2023 no Brasil, apresenta dados crescentes sobre estresse com resultados muito úteis e interessantes. Sendo tão complexa a relação estresse-professor e tão importante a resolução dos problemas decorrentes, é natural que se espere uma produção científica que ofereça base para a atuação.

Em outros países como a Alemanha foi solicitado por uma agência governamental educacional a implantação de um programa visando a saúde do professor, na qual Rudow (1997) elaborou e testou com diversos grupos uma capacitação para professores, denominado de Belastungs-Management-Training für Lehrer - BMT-L (capacitação para lidar com a sobrecarga de professores). Com base em critérios científicos, os procedimentos gerais são:

- uma sessão inicial na qual são discutidas as condições e participação e estabelece-se o plano de trabalho;
- a capacitação ocorre em sessões semanais de duas horas, ao longo de nove semanas;
- após cerca de três meses é feita uma sessão de transferência de quatro horas;

- a capacitação pode ocorrer dentro ou fora do ambiente físico da escola na qual os professores trabalham;
- o número de participantes é limitado em doze.

O BMT-L usa métodos de instrução que se mostraram eficientes na capacitação de recursos humanos, que são: discussões, estudos de caso, trabalhos de grupo e individuais, métodos de solução de problemas, questionários, role-playing. Tal capacitação é acompanhada de um manual (Rudow, 1997).

2.8 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Notadamente, a relação do trabalho com a educação é indissociável, porém é preciso compreender os conflitos ideológicos que impuseram na história da educação e que provocam reflexões na sociedade contemporânea. A ontológica e histórica relação ocasionou na proposta de práticas educativas que se utilizam do trabalho enquanto princípio educativo, conforme considera Gramsci (2007), ao dizer que é a partir do trabalho que o homem transforma a natureza e se socializa.

Nesse viés, o autor defende uma escola de formação unitária e humanística, que desenvolva capacidades a partir da associação entre o trabalho manual e o intelectual, articulando o “operar manualmente” e o “operar intelectualmente” no processo de formação integral.

Em consonância ao exposto, Barato (2008, p. 6), concorda ao dizer “[...] ignorar a inteligência do trabalhador manual faz parte de um jogo que desqualifica aqueles cujas funções foram ou são muito simplificadas”. Pois, o homem é um ser dotado de inteligência racional, quanto a isso, não há dúvidas.

Segundo Arruda (2002), apoiado nos escritos de Marx, o trabalho é atividade produtiva concatenada com a teoria para compreensão da dinâmica da realidade social e dos elementos essenciais às ciências.

Sendo assim, o termo trabalho refere-se a um componente que pode privilegiar a identidade do homem, permitir o acesso aos bens de consumo, bem como resgatar sua autoestima, porém ressalta-se que as condições de trabalho podem afetar severamente a saúde dos trabalhadores, principalmente em um ambiente altamente competitivo, onde ocorra desequilíbrio entre Esforço e Recompensa no trabalho, levando ao estresse ocupacional, sobretudo quando existe alto esforço e baixa recompensa (Areias & Comandule, 2013).

Entretanto, o trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada,

polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão. Coutinho (2009), por exemplo, afirma que quando se fala de trabalho, refere-se a uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral.

Para Marx (1983), é justamente essa capacidade que o homem tem de transmitir significado à natureza por meio de uma atividade planejada, consciente e que envolve uma dupla transformação entre o homem e a natureza, que diferencia o trabalho do homem de qualquer outro animal. Para o autor, é pelo trabalho que o homem transforma a si e à natureza, e, ao transformá-la de acordo com suas necessidades, imprime em tudo que o cerca a marca de sua humanidade.

A palavra trabalho é compreendida como atividade profissional, remunerada ou não, produtiva ou criativa, exercida para determinado fim. Embora as definições de dicionários possam derivar da ideia de um trabalho fruto de acontecimentos históricos, estão intrinsecamente associadas ao discurso ideológico de suas épocas. Para ilustrar esse caráter ideológico, Bock (2006, p. 20) comenta que:

[...] se abrissemos, por exemplo, um dicionário da Grécia antiga, possivelmente achar-se-ia o trabalho como [...] atividade exclusivamente física, que se reduzia ao esforço que deviam fazer as pessoas para assegurar seu sustento, satisfazer suas necessidades vitais [...] que não era valorizada socialmente.

A partir dessas ideias, pode-se considerar que o sentido do trabalho é oriundo de uma historicidade, isto é, está em consonância com a época, com a cultura, com o modo de relacionar-se e compreender o mundo de cada sujeito e do grupo do qual fez e faz parte (Sachuk & Araújo, 2007).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE INVESTIGAÇÃO

O tipo de pesquisa foi a perspectiva qualitativa com característica de estudo de caso. Sendo que a primeira etapa se caracterizou pela revisão de literatura sobre Estresse Ocupacional, Burnout e trabalho docente.

Na fase da pesquisa de campo, realizada no Campus Duque de Caxias do Instituto Federal do Rio de Janeiro, foram feitas as seguintes ações:

I Etapa: Levantamento prévio com visita a instituição, lócus do estudo para conseguir autorização para a realização do estudo.

II Etapa: Elaboração e testagem dos instrumentos de coleta de dados;

III Etapa: coleta de dados com aplicação dos instrumentos de coleta de dados.

IV Etapa: análise de dados. A etapa três foi o desenvolvimento e aplicação do Produto Educacional.

3.2 DESENHO DO ESTUDO

O estudo feito utilizou como técnicas de pesquisa por assunto, com termos/descriptores indexados no Medical Subject Headings (MESH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) “Educação Profissional e Tecnológica”, “Saúde Mental”, “Professores”, com abordagem ao tema central do estudo com seus conteúdos disponíveis online e gratuitamente.

Ainda assim, essas palavras foram colocadas da seguinte forma nas plataformas de busca: “Professional and Technological Education”, *AND* “Mental health”, *AND* “Teachers”. Foram usados os Portais de Periódicos da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Pubmed e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), selecionando “Pesquisa Avançada” (*Advanced Search*).

A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2024 com a leituras dos artigos escolhidos e documentos normativos, classificados os principais aspectos das práticas em Saúde Mental dos professores no campus de Caxias do IFRJ. Foram utilizados como critérios de inclusão, artigos científicos originais que abordassem a temática, publicados em língua portuguesa, espanhol e inglesa, tendo como critério de exclusão, matérias de jornais, *sites*, livros ou capítulos de livros, artigos disponíveis de forma incompleta com acesso restrito ou mediante pagamento.

3.3 DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra foi composta por vinte (20) professores atuantes na EPT do Campus Duque de Caxias do IFRJ, ensino médio integrado. A amostra foi do tipo não-probabilística intencional, pois segundo Marconi e Lakatos (2014, p. 47) esse tipo de amostra não faz uso de formas aleatórias de seleção, tornando-se impossível a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo, (...), não podendo ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico.

Além disso, foi intencional porque, de acordo com esses mesmos autores, é o tipo mais comum, em que o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção) de determinados elementos representativos da mesma. (...). O pesquisador se dirige,

portanto, à elementos representativos da população em geral, àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem funções de líderes de opinião na comunidade. O que nesta pesquisa foi com professores dos cursos técnicos integrados da EPT do Campus Caxias do IFRJ.

3.4 COLETA DE DADOS

Foram aplicados questionários (APÊNDICE A), para obter informações sobre o perfil dos participantes, bem como suas percepções e experiências relacionadas à saúde mental na EPT.

Para Gil (1999), o questionário, por ser um instrumento de abordagem indireta, por não ser identificado e não controlado, no sentido de repressão às respostas, permite, muitas vezes, a obtenção de informações de forma direta e verdadeira contribuindo, ainda mais, para o trabalho com dados reais. Representa o instrumento central do processo de pesquisa de campo, pois permitiu conhecer como o conselheiro desenvolve seu trabalho e em quais condições oferecem um ambiente propício para a sua prática, resultando em grau de satisfação do mesmo.

Segundo Marconi e Lakatos (2012, p.201), “[...] questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A análise documental, no entendimento de Godoy (1995), além de ser um procedimento de pesquisa com características específicas, com finalidades de investigação muito próprias, pode ser também utilizada como uma técnica complementar, validando e aprofundando dados obtidos por meio de outros procedimentos como, entrevistas, questionários e observação.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de planilhas para a construção de um Banco de Dados no Excel para a análise.

3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Por se tratar de um trabalho de pesquisa, todas as normas éticas que estão incluídas no cumprimento dos princípios determinados pelo trabalho científico envolvendo seres humanos, foram realizadas por meio do Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B). Com a aprovação do CEP, sob registro CAAE nº 74161123.4.0000.5268 e parecer favorável 6.732.578 (ANEXO 1), foi solicitada à direção geral do *Campus Duque de Caxias/RJ* a anuência para realização do estudo em tela, de forma que o pesquisador desse início à coleta de dados.

De posse dos materiais supracitados, analisou-se tais bases de dados através do processo interpretativo das referências bibliográficas, mediante leitura crítica e seleção das informações de cunho contextual relacionados à temática proposta, tais como participação em treinamentos ou programas de capacitação relacionados à saúde mental, Você já experimentou sentimentos persistentes de tristeza ou falta de interesse nas atividades que costumava gostar, além dos temas relacionados à saúde mental e ao contexto escolar.

Os participantes da pesquisa, não tiveram seus nomes identificados ou qualquer outro prejuízo ético, respeitando o direito de privacidade e garantindo que as informações prestadas, logo, não foram utilizadas para outra finalidade, de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (ANEXO A).

O pesquisador se comprometeu a respeitar o direito de privacidade, garantindo que as informações prestadas não sejam utilizadas para outra finalidade, que não a pesquisa.

3.7 PRODUTO EDUCACIONAL

Através da análise dos dados coletados, sobretudo no que diz respeito aos discursos proferidos pelos servidores pesquisados, foi possível identificar quais as principais demandas emergentes ocorridas no ambiente de trabalho relacionadas à saúde mental dos professores do Ensino Médio Integrado, de que modo as questões relacionadas à saúde mental interferem na trajetória profissional desses docentes e quais são as dificuldades enfrentadas, bem como, a partir das questões identificadas, definir a melhor forma de contribuir positivamente com a melhoria desse cenário em que se encontra a saúde mental dos docentes.

Desse modo, o produto educacional que foi desenvolvido a partir do tratamento dos dados coletados com os servidores propiciou um meio para a construção de um *banner* com as informações dos resultados em saúde mental.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos dados alcançados com os questionários, partindo de um entendimento amplo do termo “análise”, que compreende sua descrição e interpretação, de acordo com a obra de Minayo (2014, p. 68), quando expressa que “a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa”.

Tais descrições são advindas das respostas obtidas por meio de um questionário junto a 20 (vinte) professores, pois partiu-se do pressuposto de que as informações fornecidas pelos sujeitos selecionados são de fundamental importância para os objetivos desta pesquisa. Com isso, o resultado surgiu a partir da aplicação desse instrumento. A pesquisa ocorreu no mês de agosto de 2024 (APÊNDICE A), no qual todas as questões foram analisadas e discutidas.

Assim, inicialmente as análises se centram na identificação da Instituição, seguido do perfil sociodemográfico dos professores em relação ao sexo e tempo de experiência. E, por fim, apresentar os resultados dos dados dos questionários e as discussões sobre as práticas de promoção à saúde mental dos professores no Campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro

3.1 CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 por transformação do então

Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQ). No mesmo dispositivo legal, foi incorporado à nova instituição o Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP-UFF), passando a ser um *campus* (<https://portal.ifrj.edu.br/aceso-a-informacao/criacao-estrutura-e-organizacao>).

O IFRJ é uma instituição de Educação Básica e Superior, pluridisciplinar e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades, na pesquisa, na inovação e na extensão, gozando de autonomia universitária.

A instituição tem como órgãos superiores o Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, e o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo. Ambos conselhos são presididos pelo Reitor, cargo ocupado por um docente, eleito pela comunidade e nomeado pelo Presidente da República, para um período de gestão de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido ao cargo uma única vez.

O IFRJ tem como órgão executivo a Reitoria, composta pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretores Sistêmicos. A Reitoria é a administração central da instituição, sendo subordinado a ela todas as suas unidades acadêmicas (campus ou campus avançado).

Os campus são dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor, para um mandato de 04 (quatro) anos, após consulta à comunidade (no caso de campus com mais de 05 anos de implantação, após autorização do MEC). Cada campus possui sua própria estrutura, contando obrigatoriamente com Direção de Ensino. Atualmente o IFRJ possui 15 (quinze) campi em funcionamento.

A história do campus Duque de Caxias começa em 2006, local da realização da pesquisa, inicia com a criação de uma unidade descentralizada de ensino no antigo CEFET Química de Nilópolis. Em 29 de dezembro de 2008, a partir da Lei 11.892, que criou os Institutos Federais, o Campus se instalaria no bairro Vila Sarapuí, em Duque de Caxias, e passaria a compor o recém-criado Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ (<https://portal.ifrj.edu.br/duque-de-caxias/apresentacao>).

A Instituição atende atualmente a mais de mil alunos, distribuídos entre os cursos de ensino superior em Licenciatura em Química, Técnico integrado ao ensino médio de Química, de Petróleo e Gás e Plásticos e de Educação de Jovens e adultos (EJA), oferecendo o curso de Manutenção e Suporte de Informática e também na modalidade concomitante/subsequente temos os cursos técnicos de Segurança do trabalho, Petróleo e Gás e Plásticos. No campus também é oferecida a Pós-Graduação em Educação Física Escolar.

O Campus busca renovar cada vez mais sua estrutura, com projetos que visam

à criação de novos ambientes, para maior conforto de seus alunos e professores. A instituição conta com corpo docente qualificado e oferece aos seus alunos a possibilidade de participar de pesquisas, realizarem novas experiências acadêmicas e desenvolver trabalhos para serem apresentados em eventos científicos.

O município de Duque de Caxias, importante polo industrial petroquímico do Rio de Janeiro, requer profissionais qualificados. Com a instalação do IFRJ, a comunidade da Baixada Fluminense ganhou uma nova oportunidade de educação pública, gratuita e de qualidade.

3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS SUJEITOS

A análise dos dados resultantes desta pesquisa inicia-se pela caracterização sociodemográfica dos sujeitos participantes, a partir das respostas às primeiras questões do instrumento de coleta de dados, tal seja para a primeira etapa da pesquisa que se baseia em variáveis como gênero e tempo de atuação na Instituição.

Figura 1. Gênero dos professores.

feminino: azul masculino: vermelho

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

A coleta de dados permitiu uma caracterização geral do perfil dos professores, no que se refere ao gênero foi notória a predominância de profissionais de sexo feminino, cerca de 60% e os outros 40% são por homens. Dada esta observância,

percebe-se que esta representatividade é comum em estudos realizados com professores e que poucos estudos versam sobre o universo masculino no contexto do trabalho. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), no ano de 2022, o panorama das mulheres na educação básica ainda é crescente, mas a presença de homens vem aumentando, principalmente em outras áreas, como psicologia, mas ainda tem um domínio feminino muito grande (INEP, 2022).

Figura 2. Tempo de experiência como professor.

azul: entre 10-15 anos vermelho: mais de 20 anos roxo: menos de 10 anos verde: entre 16 e 20 anos laranja: não respondeu

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Sobre o tempo de experiência como professor, observa-se que a metade dos professores possuem entre 10 e 15 anos de experiência, ou seja, a metade dos professores atua neste nível há bastante tempo, cerca de 50%. Logo, a metade dos participantes demonstrou ter uma longa trajetória de formação profissional e experiência de trabalho na Instituição, permitindo uma compreensão mais aprofundada das realidades vivenciadas, tanto individualmente como no contexto das

Instituições.

3.3 PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL

Para a segunda etapa da pesquisa, foi aplicado questionário com as análises e discussão de todas as questões apresentadas sobre as práticas de promoção à saúde mental dos professores no Campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro

Para melhor entendimento, apresenta-se as práticas de promoção à saúde mental dos professores, coletadas a partir dos questionários. Ao serem questionados, **acredita que seria importante implementar programas de promoção da saúde mental para educadores na escola**, os resultados indicam que 75% concordam totalmente e 35% apenas concordam.

Figura 3. Implementação em programas de promoção da saúde mental

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Analisadas as respostas ao instrumento de pesquisa, foi possível verificar um percentual considerável de pesquisados, cerca de 75% concordam que se faz necessário a implementação em programas de promoção da saúde mental. O que pode entender que, falar de saúde é também falar de escola, pois essas duas categorias encontram-se conectadas, uma vez que abordam a questão do cuidado com o ser humano. Ademais, para Almeida Filho (2021), discutir saúde implica preocupar-se com o sujeito em sua totalidade envolvendo uma abordagem abrangente de elementos que redefinem novas perspectivas de vida tanto em nível individual quanto coletivo, bem como nos ambientes de trabalho que se compartilham

as experiências.

Diante desse contexto, a escola tem o papel de protagonista em um ambiente de trabalho e convívio social, no qual as pessoas se envolvem em diversos tipos de relacionamentos interpessoais, envolvendo ensino-aprendizagem e aspectos laborais. Dentro dessa multiplicidade de interações, estão os professores, um grupo que tem enfrentado crescentes desafios de adoecimento psicológico, como apontado por Carlotto (2013) em suas pesquisas, destacando que os profissionais da educação são atualmente uma das classes que mais sofrem com problemas de saúde mental.

Tardif (2019) parte da premissa que o excesso de demandas burocráticas e a sobrecarga de conteúdos a serem ensinados, muitas vezes desconectados da realidade escolar e das necessidades dos alunos, a falta de flexibilidade nos currículos e práticas, a desvalorização da profissão docente e a ausência de um canal de escuta para as demandas dos professores são alguns dos fatores que contribuem significativamente para o desgaste emocional, frustração, ansiedade e depressão, e que são elementos latentes no adoecimento mental dos professores.

No que diz respeito a questão, **você já experimentou sentimentos persistentes de tristeza ou falta de interesse nas atividades que costumava gostar**, o total de 65% concorda e concorda totalmente, 20% concorda em parte, 10% discorda e somente 5% discorda totalmente.

Figura 4. Sentimentos de tristeza ou falta de interesse nas atividades que costumava gostar.

vermelho: concordam azul: concordam totalmente preto: concordam em parte laranja: discordam verde: discordam totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Pelos resultados coletados, a somatória do percentual de 65% concordam que já tiveram experiências e sentimentos de tristeza ou falta de interesse nas atividades que costumavam gostar, isso indica que a maioria não está contente com o trabalho, pois, se sentem cansados devido à rotina profissional, indicando o que Maslack chama de Exaustão Emocional, o que se pode depreender que eles merecem um olhar mais minucioso da gestão escolar.

Há de se supor, portanto, que se um profissional exerce o mesmo trabalho por longos anos, e permanece nele, mesmo com motivação pelo gosto e pela prática que determina experiências crescentes, sendo cada vez mais competente no que faz, aumentando sua sensação de estar se autorealizando, mas a saúde do trabalhador pode ser amplamente afetada por vários fatores, definidos por hábitos e atitudes saudáveis (American Heart Association, 1992), cuja contribuição tem um efeito cumulativo. Um estilo de vida que combina várias virtudes (alimentação, atividade física regular, controle do estresse) pode aumentar a expectativa de vida acima de tudo.

Entretanto, é possível referenciar a existência da dubiedade em relação a reação dos indivíduos diante dos estressores, pois ao mesmo tempo, há aqueles que um estressor os afeta profundamente e deixa-os indiferente, isto é, são vulneráveis tanto física quanto psicológica e, outros são capazes de torná-los ativos, rápidos e capazes de realizar várias tarefas ao mesmo tempo. Diante de tais características, nota-se que o professor exerce um trabalho que, ao mesmo tempo, é gratificante ou muito desgastante.

Prosseguindo com os resultados mediante os questionários realizados junto aos professores, a pergunta concentrou-se em saber, **participou de treinamentos ou capacitação sobre saúde mental**, o total de 40% discordam que não participam de treinamentos ou capacitação sobre saúde mental, 35% concorda, pois já participaram e 25% concorda em parte.

Figura 5. Participou de treinamentos ou capacitação sobre saúde mental.

azul: concorda totalmente cinza: concorda verde: concorda em parte amarelo: discorda
vermelho: discordo totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Pelos resultados coletados, entende-se que houve diversificação nas respostas, o que se pode perceber que ainda há muitos desafios dos professores em equilibrar a saúde mental, haja vista a importância e a necessidade de se qualificar em qualquer área de atuação educacional para que a instituição escolar atenda realmente o professor ofertando curso de qualificação na área em comento a fim de que o trabalho pedagógico obtenha sucesso e o docente não adoça. Proporcionar esse tipo de qualificação é fundamental para criar um ambiente mais acolhedor e saudável para toda a comunidade escolar para se sentirem acolhidos emocionalmente.

Vale lembrar que a implementação de capacitação requer, portanto, um esforço conjunto e contínuo. Logo, as instituições devem investir na formação de seus profissionais, criar um ambiente saudável, de colaboração e troca entre os setores. Também é necessário monitorar e avaliar continuamente as práticas pela equipe pedagógica, na identificação de problemas de saúde mental.

Essa reflexão sugere a articulação e o investimento em políticas de formação, redefinindo a condição do ser docente e a perspectiva da história real desses profissionais. Em seus estudos, Arroyo (2023, p. 77) pontua que a expressão condição docente merece outra visão; quer dizer: “produção docente, histórica, em permanente conformação”, além disso, deve haver a desmistificação desse docente para uma escola e um contexto real.

Tal situação leva a pensar sobre a necessidade de se proporcionar a formação dos professores, uma vez que em qualquer área de atuação, o conhecimento profissional representa o conjunto de saberes que habilita o indivíduo para o exercício de sua profissão, que o torna capaz de desenvolver as suas funções, bem como de contribuir para que os profissionais ampliem a visão sobre o conhecimento e sobre os processos de ensino e que exerçam com vigor, criatividade e consciência crítica o

trabalho árduo de mediar e compartilhar a cultura acumulada pela sociedade (Oliari, et al. 2023).

Outro questionamento direcionado aos professores foi, **acredito que é importante incluir estudos sobre saúde mental no currículo escolar**, 65% concordam totalmente e concordam, 30% concordam em parte e 5% discordam.

Figura 6. Incluir estudo sobre saúde mental no currículo escolar.

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

A pergunta acima responde a anterior, pois a maior parte dos professores, em torno de 65% concordam sobre a necessidade de se incluir saúde mental no currículo, por ser um tema relevante e atual, especialmente considerando o aumento das taxas de ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental entre as professores e alunos, além de sugerir um reconhecimento da importância da saúde mental no desenvolvimento integral da comunidade escolar.

Sobre essa temática, Almeida (2018), atribui a saúde mental com prevenção nas instituições de ensino e orienta sobre a elaboração de novas políticas de saúde e de educação a fim de estimular novas atitudes dos profissionais na gestão das questões e problemas colocados nos campos da educação e da saúde, bem como mudanças de atitudes no trato com os sujeitos-alvo da ação social. Argumenta ainda que, quanto mais bem sucedidas forem as ações preventivas, mais se evitará o

desequilíbrio mental, ou seja, produzirá uma boa saúde mental para todos os sujeitos escolares.

Em relação a afirmação, **você gostaria de receber mais apoio e orientação da administração escolar para lidar com questões de saúde mental**, a somatória de 75% concordam em receber apoio da administração para tratar de questões de saúde mental, 15% concordam em parte e 10% discordam.

Figura 7. Gostaria de mais apoio e orientação da administração sobre saúde mental.

Azul: concordo totalmente vermelho: concordo azul claro: concordo em parte branco: discordo bege: discordo totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

A saúde mental é um tema cada vez mais relevante nas instituições de ensino superior, especialmente considerando os desafios que profissionais da educação enfrentam. A pressão acadêmica, questões sociais e emocionais, e a convivência em ambientes escolares podem impactar significativamente o bem-estar mental. Então, observa-se que mais da metade dos professores dizem que querem receber mais apoio da

A crescente demanda por suporte em saúde mental na escola reflete uma mudança positiva na percepção sobre o tema. O fato de a maioria dos participantes expressar o desejo de apoio indica que ações voltadas para essa área podem não apenas beneficiar os alunos, mas também a comunidade escolar como um todo,

promovendo um ambiente mais saudável e produtivo. É essencial que essa demanda seja ouvida e atendida de forma proativa pela administração escolar, desde que sejam identificados sinais de estresse e problemas de saúde mental entre professores, uma vez que é a primeira etapa para promover um ambiente de trabalho saudável.

Um profissional da educação nem sempre apresenta uma vida feliz. O que pode ser comprovado nas palavras de Lambrou (2014, p. 54) quando cita que “estudos realizados sobre a profissão de professor, dizem que a mesma é uma das profissões com mais doenças ocupacionais, considerada profissão de alto risco para a saúde física e mental”. Assim, existem várias dificuldades que esses profissionais enfrentam que muitas vezes passam despercebidas pelas instituições, justamente quem poderia colaborar de alguma forma para alívio dos problemas.

Dessa forma, é pertinente citar que o estilo de gestão é um importante fator que compreende a organização do trabalho, podendo favorecer um local de trabalho com potencial patogênico ou não. Reinhold (2022), enfatiza que o modo de gerir a instituição exerce papel central no adoecimento do professor, sendo que o diretor deve ter capacidade e competência para lidar com as demandas e necessidades dos docentes, principalmente, na solução de conflitos.

De acordo com pesquisas recentes, a docência possui potencial patogênico devido a diversos fatores, tais como carga excessiva de trabalho, remuneração inadequada, falta de cooperação entre pares (Codo, 2009), falta de autonomia, excessos de burocracia, indisciplina dos alunos (Reinhold, 2022) e estilo de gestão autoritário (Silva, 2021). Ademais, há uma pressão exercida pelas novas tecnologias sobre os docentes, exigindo deles constantes atualizações e adaptações, muitas vezes sem possibilidade de um preparo prévio (Meleiro, 2012) e até mesmo sem a disponibilização de recursos pela instituição onde trabalham.

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU, 2022) apontam a insuficiência da capacitação de coordenadores pedagógicos e de gestores escolares e o despreparo das instituições de ensino para atender a alunos com deficiências, além do déficit de pelo menos 32 mil professores de ensino médio nas redes públicas estaduais. Diante disso, nota-se a urgência em problematizar e contextualizar os desafios enfrentados pela comunidade escolar, pensando em uma maior valorização do professor, planejando estratégias e ações efetivas que minimizem os riscos e o adoecimento no trabalho docente, visando à saúde mental.

Também foi perguntado, **estou ciente de recursos² disponíveis na**

2 Na comunidade temos os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e na escola temos a COTEP

comunidade ou na escola para apoiar a saúde mental dos professores, observa-se que o total de 60% concordam, mas 40% discordam, pois não se tem tempo para discutir os problemas relacionados à saúde.

Figura 8. Recursos disponíveis na escola para apoiar a saúde mental dos professores.

amarelo: concordo totalmente vermelho: concordo azul: concordo em parte verde: discordo laranja: discordo totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Para os 60% é importante que a instituição enxergue o professor como um ser humano, que precisa de cuidados em todas as suas dimensões para além da área profissional. No entanto, alguns estudos sobre a relação saúde-trabalho apontam vários fatores de agravos à saúde dos profissionais docentes, relacionados às condições e organização do trabalho. Somam-se a fatores já anteriormente reconhecidos neste trabalho a infraestrutura precária, a burocratização e a hierarquização das relações, além da carência de recursos materiais e humanos (Souza et al., 2023).

Com base na afirmativa, é possível dizer que o educador é um profissional essencial na construção do conhecimento do aluno, pois participa ativamente em sua formação, capaz de lhes proporcionar desenvolvimento tecnológico, cultural e científico, para garantir condições dignas frente às exigências da sociedade atual.

Logo, se uma das peças principais da engrenagem escolar está adoecendo, as consequências serão desastrosas.

Outra questão direcionada aos professores, **acredito que faltam possibilidades de desenvolvimento e promoção na carreira**, total de 55% concordam que sim, 25% concordam parcialmente e 20% discordam.

Figura 9. Faltam possibilidades de desenvolvimento e promoção na carreira.

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Pelos resultados observa-se que o trabalho, quando realizado em condições favoráveis é prazeroso para todo profissional, o que se pode incluir dentre essas condições a possibilidades de desenvolvimento e promoção na carreira, por ser a saúde um dos fatores determinante para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

E dentro destas características, a organização escolar somada com as condições de trabalho possuem impactos diretos na saúde e na produtividade dos professores, uma vez que tais condições influenciam diretamente em seus rendimentos.

Portanto, os que concordam que faltam possibilidades de desenvolvimento e promoção na carreira significa que não estão satisfeitos com a Lei 12.772/2012 que estabelece a progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Prosseguindo com os resultados, foi perguntado aos professores, **atitudes negativas relacionadas ao meu trabalho por parte dos alunos costumam me estressar**, o total de 95% concordam com a afirmação e somente 5% discordam totalmente.

Figura 10. Atitudes negativas dos alunos costumam me estressar.

preto: concordo totalmente azul:concordo verde:concordo em parte cinza:discordo totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Nota-se que 95% da amostra revelou que as atitudes negativas relacionadas ao seu trabalho por parte dos alunos costumam estressar os docentes, o que de forma geral, incita dizer que o trabalho docente ocupa um espaço muito importante na vida em sociedade. No entanto, a relação com o trabalho parece, aos professores, algo ainda bastante conflitivo, pesado, sendo ele muitas vezes percebido como indesejado, como um fardo pesado, que acaba impedindo um ensino eficaz.

Sendo assim, esses dados indicam fontes de tensão que leva ao estresse docente, na medida em que estão relacionadas às atitudes dos alunos no ambiente laboral, repercutindo também em outros domínios da vida dos professores pesquisados, sendo responsáveis pela geração dos quadros de estresse identificados

nessa categoria profissional, na pesquisa em referência.

Foi indagado aos professores, **acredito que faltam materiais e recursos para fazer meu trabalho**, o total de 90% concordam e somente 10% discordam.

Figura 11. Faltam recursos e materiais para fazer meu trabalho.

Azul: concordo totalmente roxo:concordo creme:concordo em parte verde:discordo totalmente vermelho:discordo

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Pelos resultados é possível perceber que quase 100% concordam que diversos fatores organizacionais são desencadeadores do desenvolvimento do estresse na dinâmica do ambiente de trabalho e um deles é a carência de materiais e de recursos humanos.

Dessa forma, este estudo é comprovado pelas respostas dos professores pesquisados, quando citam que ficam estressados pela falta de recursos da própria instituição escolar, em que trabalham o que exige ainda mais de sua competência para diversificar e inovar, o que muitas vezes não conseguem assim, proporcionar aos seus alunos um serviço de qualidade.

A carência de materiais e recursos humanos é um fator organizacional que pode contribuir significativamente para o estresse no ambiente de trabalho, pois a

ausência desses materiais, como equipamentos, tecnologia e materiais de apoio, pode causar frustração nos docentes. Logo, quando eles não têm acesso às ferramentas necessárias para desempenhar suas funções de maneira eficaz, isso pode levar a uma sensação de impotência e baixa produtividade. Essa falta de suporte pode gerar um ambiente de trabalho estressante, onde os professores se sentem pressionados a realizar suas tarefas sem as condições ideais.

Assim, ao se falar sobre estresse ocupacional, Mantin (2017), aponta que a escassez de recursos pode resultar em uma carga de trabalho excessiva para os docentes, além de impactar negativamente na motivação, pode gerar insatisfação no ambiente de trabalho afetando todo o clima organizacional. Essa carência de suporte e recursos, combinada com a pressão constante para entregar resultados, pode aumentar o risco de doenças relacionadas ao estresse, ou seja, esses fatores não devem ser negligenciados pelas instituições.

Sobre a questão, **acredito que exista excesso de trabalho e/ou atividades burocráticas**, o total de 85% concordam com a questão e 15% discordam.

Figura 12. Existe excesso de trabalho e atividades burocráticas.

preto: concordo totalmente vermelho:concordo verde:concordo em parte azul:discordo

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Quanto ao fato da existência de excesso de atividades burocráticas, 85% dos professores concordam, porque dificultam o trabalho pedagógico, assim como apontaram que, para uma aceitação geral da forma e da sistemática de seus trabalhos, estes tem um caráter mais burocráticas ficando as questões pedagógicas

secundarizadas dentro do ambiente escolar. Logo, consideram que sofrem com a falta de tempo para desenvolver as atividades pedagógicas.

Sobre esse assunto, a teoria de Weber (2011), em relação a burocracia no setor educacional, vem aumentando a cada ano e o corpo docente passa boa parte do tempo realizando e escrevendo fichas, relatórios, formulários, pareceres, replanejamentos, quilométricas propostas pedagógicas e outros tantos papéis que de certa forma podem ser inúteis, porque não serão lidos. Logo, entende-se que informações desnecessárias e repetitivas, nada servem para a melhoria da qualidade da educação.

Entende-se que a teoria da burocracia de Max Weber, elaborada no início do século XX, fornece um marco teórico importante para entender as organizações, incluindo as instituições educacionais, pois a crescente burocratização pode desvincular o educador de sua principal função: ensinar e interagir com os alunos. Por outro lado, Chiavenato (2013), diz que a tendência atualmente perpassa em desburocratizar, reduzir papelório ou reduzir o excesso de burocratização e o grau de intensidade das dimensões burocráticas.

Prosseguindo com os resultados mediante os questionários realizados junto aos professores, a pergunta dirigiu-se em saber: **considero que um salário insuficiente afeta a minha saúde mental**, o percentual de 95% concorda com a questão e somente 5% discordam.

Figura 13. Considero salário insuficiente que afeta a minha saúde mental.

Azul: concordo totalmente verde:concordo amarelo:concordo em parte vermelho:discordo totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Como se pode perceber, quase unanimidade dos professores responderam que o salário é insuficiente e que afeta a saúde mental. Isso decorre da obrigação dos mesmos a ministrarem um número excessivo de aulas, e o próprio tipo de trabalho de professor exige dele um bom número adicional de horas de trabalho de preparação e correção em casa.

Os professores, de forma ilustrativa, são vistos e comparados a Sísifo, um personagem da mitologia que foi condenado a rolar um pesado bloco de pedra morro acima, ou seja, é uma dinâmica parecida com o trabalho do professor, cuja sensação é a de que o trabalho não termina nunca (Vieira, 2016). Desse modo, considera-se de grande relevância e interesse das circunstâncias indutoras de estresse e identificá-las com intervenção eficaz, no sentido de modificá-las ou de minimizar os seus efeitos negativos.

E na sequência dos resultados, foi perguntado: **acredito que tenho pouco tempo para conviver com a minha família/amigos**, 90% é o total de professores que concordam com a questão e apenas 10% discorda.

Figura 14. Pouco tempo para conviver com família e amigos.

azul: concordo totalmente amarelo:concordo verde:concordo em parte vermelho:discordo laranja:discordo totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor/2024.

Quanto ao fato do professor ter pouco tempo para família e amigos por conta das inúmeras exigências de seu trabalho, 90% é um número bastante significativo indicando que não há um equilíbrio nas atividades pessoais, reafirmando que a saúde

mental pode entrar em colapso. Pois a convivência com seus pares é importante para arejar a mente, logo, devem encontrar tempo para outras atividades, que não a docência, não, abrindo mão das horas de lazer.

Assim, a distribuição do tempo entre trabalho e lazer é benéfico para a saúde física e mental do professor, uma vez que proporciona uma sensação de bem estar. Logo, compreende-se pelas respostas que os professores não mantêm um equilíbrio entre trabalho e lazer. E para complementar tais afirmações, Oshima (2013), diz que o indivíduo de forma geral e o professor em particular, não acredita que está realmente com a síndrome, daí então, dá mais importância ao trabalho, deixando em segundo plano a família, os amigos, enfim, as pessoas que estão por perto, que convivem, de estarem sempre atentas, para que as doenças psicológicas não os afetem.

Do contrário, quando se detecta os sintomas de estresse é importante que o professor comece a tomar alguns cuidados para que não atinja um estágio mais avançado da doença. O primeiro passo é conhecer a causa, os motivos do estresse, depois com a ajuda de um especialista deve-se procurar minimizar os efeitos. Pode-se também buscar o conhecimento das dificuldades e sentimentos reprimidos que podem ser as causas e afastar os fatores ou as atividades que estão levando-os a esse processo.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A área de Ensino entende como produto educacional o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, conforme descrito pela CAPES no documento de Área de Ensino de 2019. Assim, o objetivo é contribuir para a promoção da saúde mental dos professores da Educação Profissional e Tecnológica no ensino médio integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro por meio de um produto educacional, a partir da pesquisa realizada com os professores do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Duque de Caxias.

Nesse contexto, o desenvolvimento do recurso levou em consideração aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos articulados ao trabalho dissertativo.

5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto é do tipo material textual, no formato de *banner* Orientador, que visa contribuir com a implementação de uma política educacional de saúde mental junto aos professores do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Duque de Caxias.

A fim de facilitar o entendimento e manuseio do *banner* em Saúde Mental, o produto está organizado da seguinte forma:

- Foi organizado na forma de um *banner* educativo, com algumas características físicas: o material foi lona em tamanho em 80 cm X 120 cm. No topo, em letras maiores, os dizeres: "Você sabia?" chamam a atenção para informações sobre a saúde mental dos educadores e instigam a curiosidade de ler o que está escrito em letras menores.
- Na parte de baixo, em cor azul forte, destaca-se, o logo do Centro de

Valorização da Vida (CVV), que aponta para a importância da vida e apresenta uma opção de ajuda para aqueles que possam estar em sofrimento psíquico. Este *banner* permitirá comunicar o conteúdo de forma escrita e objetiva.

- É um recurso midiático acessível e de fácil manuseio que incorporará um caráter educativo por meio de orientações e informações sobre o tema da saúde mental do servidor público nos espaços de trabalho de uma instituição de ensino federal. É uma estratégia educacional utilizada em ocasiões educativas não formais.

Figura 1. Apresentação do *banner*

5.2

INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

VOCÊ SABIA?

A REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO REGISTROU, NOS SEIS PRIMEIROS MESES DE 2023, UM TOTAL DE 20.173 PROFESSORES AFASTADOS POR QUESTÕES RELACIONADAS À SAÚDE MENTAL.

O que é saúde mental por definição?

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar biopsicossocial. Sentindo-se bem, a pessoa é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro e ser mais produtiva.

*Em uma investigação sobre como anda a saúde mental dos professores do IFRJ, apuramos os seguintes resultados:

- 75% dos professores acreditam que seria importante a implementação de mais programas de promoção a saúde mental na escola.
- Apenas 5% dos professores estão cientes dos recursos disponíveis na comunidade ou na escola para apoio a saúde mental.
- 40% acreditam em parte que atitudes negativas por parte dos alunos costumam estressá los.
- 40% pensam que existe excesso de trabalho e atividades burocráticas.
- 35% já experimentaram sentimentos de tristeza e falta de interesse em atividades que costumavam ser prazerosas.

Ligue 188
ou acesse cvv.org.br
CVV
APOIO EMOCIONAL

Formado exclusivamente por voluntários, o CVV oferece apoio emocional e prevenção do suicídio gratuitamente. Quem nos procura, normalmente está se sentido solitário ou precisa conversar de forma sigilosa, sem julgamentos, críticas ou comparações.

Para mais informações e avaliar esse produto educacional
<https://linktr.ee/jorgebastos2024>

Saúde Mental e Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo sobre as Práticas em Saúde Mental no Campus Duque de Caxias do IFRJ.
Pesquisador: Jorge de Almeida Bastos (Profept/IFRJ-Campus Mesquita)
Orientadora: Profª Luciana Castaneda (Profept/IFRJ-Campus Mesquita)
*pesquisa aplicada no campus Duque de Caxias, em uma amostra de 20 sujeitos.

Fonte:

Autor/2024

ELABORAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO

Os principais objetivos desse *banner* educativo foram transmitir informações de maneira explicativa, proporcionando ao servidor uma leitura rápida para agregar conhecimentos e informações sobre saúde mental no serviço público federal (educação) e despertar o interesse pelas questões de saúde mental que atravessam as pessoas que frequentam a instituição.

Em consequência disso, busca-se fortalecer ações de educação em saúde no espaço de trabalho com ênfase na promoção e prevenção da saúde mental do servidor, além de sinalizar para a necessidade de uma maior reflexão sobre o assunto na rede pública de educação federal. A elaboração do *banner* educativo compreende a temática da pesquisa e permite comunicar objetivamente ideias e conceitos sem cansar o leitor, tendo por diretriz a premissa de que a sensibilização e a disseminação adequada de informações sobre trabalho e saúde mental são fundamentais para o desenvolvimento de fatores protetores que levam ao bem-estar e a redução dos fatores de risco que estão associados ao surgimento do sofrimento psíquico no ambiente laboral.

Quanto à aplicabilidade, o *banner* é um recurso que foi utilizado como atividade de educação, promoção e prevenção em saúde mental no ambiente laboral, sendo apresentado na entrada da instituição e ficando a vista de todas as pessoas que frequentem o campus. Essa ação compreende uma intervenção promotora de saúde no espaço de trabalho que visa sensibilizar o trabalhador do serviço público no contexto da educação profissional e tecnológica para cuidar de si no que tange aos cuidados pessoais e ambientais, interações sociais, lazer entre outros. Além de conscientizar a comunidade acadêmica de que o professor também sofre com o adoecimento psíquico.

À luz do contexto teórico-metodológico adotado para esse trabalho buscou-se redigir e definir o referencial de elaboração e aplicação do produto educacional exigido pelo Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. O produto educacional é um material didático desenvolvido a partir de pesquisa acadêmica que se destina à formação/ensino nos ambientes educativos formais e não formais, fazendo interação entre a teoria e a prática, constituindo elemento operativo de grande valor pedagógico.

A produção de materiais educacionais nos mestrados profissionais na Área de Ensino visa sobretudo a apropriação social do conhecimento e um ensino sintonizado com as expectativas da sociedade contemporânea. Assim, a característica nessa modalidade de pós-graduação centra-se em torno da produção acadêmica e do desenvolvimento de processos/técnicas/educacionais. Diante disso, traça-se o perfil do produto educacional articulado a essa proposta, tendo por objetivo principal viabilizar uma possível aproximação entre a pesquisa e a prática do ensino. A ideia desse produto educacional específico descrito pela CAPES no documento de Área de Ensino (Brasil/CAPES, 2019, p. 15).

Nesta categoria tipológica fazem parte também “uma sequência didática, um

aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares” (Brasil/CAPES, 2019, p. 16).

O acesso à informação e compreensão de conteúdos da saúde mental no trabalho possibilita compreender e usar a informação nos cuidados da própria saúde, fortalecendo competências cognitivas e sociais em promoção e prevenção da Saúde Mental. O comportamento de uma pessoa, em muito reflete à saúde mental, exercendo grande influência sobre sua saúde geral com repercussões no âmbito do trabalho.

Gomes (2011) lembra que é amplamente aceito, atualmente, que o campo de ação da Educação em Saúde é toda a comunidade. Todas as pessoas, seja qual for a sua idade, sexo, condição social e econômica, devem se beneficiar da Educação em Saúde e neste contexto insere-se a Educação em Saúde Mental. Essa ação deve ser priorizada junto aos trabalhadores e ao ambiente laboral, a modelo do que acontece com as Escolas Promotoras de Saúde que cria oportunidade de ações direcionadas para melhorar o ambiente escolar, reforçando os laços com a família e a comunidade como estratégia de promoção, prevenção e educação em saúde (Gomes, 2009).

A avaliação do produto educacional se deu conforme critérios padronizados e definidos pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica com observância das condições regulamentadas pela CAPES. A validação passou ainda pela banca e por uma aplicação com avaliação do público-alvo que pôde manifestar-se em relação ao produto educacional.

5.3 AVALIAÇÃO

Para a aplicação e avaliação, foi preparado um formulário (Apêndice B) que passou por várias versões, com críticas do próprio pesquisador e pela orientadora. O banner que seria apresentado ao público-alvo (servidores do IFRJ) teve diversas versões desde crítica do próprio pesquisador, do profissional que ajudou a elaborá-lo, depois pela orientadora, pelos quesitos apontados pela banca de qualificação, e mais outras versões com novas críticas sobre as ilustrações, o conteúdo e a forma de apresentá-lo.

Por fim, devido a algumas dificuldades em relação ao campus Duque de Caxias, acabamos por optar (o pesquisador e a orientadora) pela apresentação do *banner* no campus Mesquita. Após breve exposição do projeto de pesquisa e sobre a

intenção do produto educacional para um público composto por alunos da pós graduação, professores e técnicos administrativos, no dia 8 de outubro, cada participante pode interagir com solicitações de esclarecimentos adicionais, interpelação por conceitos não entendidos, exposição da sua importância, apontando impropriedades ou limitações, entre outras interações.

Foi deixado à disposição do público um formulário *online* de avaliação para responder livremente e sem identificações aos quesitos que julgassem relevante nesse processo, conforme formulário acostado no Apêndice B. Os quesitos avaliados foram respondidos de maneira objetiva e fechada, para atrair maior número de participantes ao ato de preencher o formulário com a devida avaliação crítica. Posterior a essa etapa foi elaborado uma análise dos resultados.

De forma prática, o produto educacional é nesse ambiente formal de ensino uma ação promotora de saúde que se presta a informar o servidor sobre a promoção e prevenção da saúde mental no ambiente laboral. Participaram da avaliação do produto educacional onze sujeitos, entre docentes, discentes e técnicos administrativos do IFRJ campus Mesquita.

O contato com o *banner* ainda gerou questionamentos dirigidos ao pesquisador sobre dados referentes aos principais transtornos que levam a incapacidade laboral e como são tratadas essas problemáticas pela gestão de saúde institucional/governamental. Essa postura dos servidores/sujeitos diante da apresentação do produto educacional revela a necessidade de novos estudos que subsidiem discussões relacionadas ao tema saúde do trabalhador, com intuito de investigar determinantes do sofrimento mental e se suas causas estão remetidas aos fatores ocupacionais, identificar áreas com maior demanda de trabalho, casos de afastamentos mais frequentes, faixa etária ou classe profissional mais vulnerável.

Contudo embora se observe essa contenda, registra-se que em nenhum momento foi feita referência a possíveis motivos de causalidade, mas destaca-se que essa avaliação teve muita importância, já que até o momento na história dessa instituição nunca havia sido realizado um estudo que levantasse a discussão do assunto entre os servidores.

Todo esse movimento de avaliação trouxe como resultante a última versão do *banner* educativo, finalizando-se a etapa. Ainda foi proposto que o recurso seja disponibilizado em meio digital, promovendo mais acesso e interatividade com o público interessado. Ideia a ser analisada pelo pesquisador e levada à gestão para sua anuência e cooperação com possíveis medidas a serem adotadas.

Com a pesquisa desenvolvida e o produto educacional obtido não apenas

reforçam o que a OMS (2001) já ventilava como tendência no campo da saúde pública, que era o crescimento dos casos de transtornos mentais potencialmente incapacitantes na população em geral, mas alertam para a necessidade de se reforçarem as concepções de trabalho e saúde mental na conjuntura atual que perpassam os ambientes do serviço público em suas diversas dimensões.

Este estudo possibilitou uma melhor compreensão da realidade e uma atenção ao que compõe a percepção do servidor público federal em relação ao seu trabalho, como uma classe de trabalhadores que está presente no dia a dia da sociedade em várias áreas de atuação do Estado. No caso dos trabalhadores deste estudo, por um lado, eles ocupam funções desejadas pelos aspirantes ao serviço público e, por outro, são constantemente alvejados de notícias da mídia que fragilizam a imagem do seu trabalho diante dos cidadãos. E esse tipo de sofrimento não é encontrado no senso comum tão explicitamente, fazendo-se urgente uma reflexão contextual sobre o assunto.

Entretanto, é necessário reconhecer que esse estudo é parcial e não contém condições de abarcar inteiramente a realidade singular que envolve o contexto trabalho, saúde, educação e as suas vicissitudes, já que exige daquele(a) que pesquisa uma postura que favoreça a humildade epistemológica, mostrando-se solidário(a) às questões por vezes pouco conhecidas e/ou discutidas pela ausência de um sistema de acompanhamento sobre as condições de trabalho e as implicações para a saúde do trabalhador na esfera pública.

Saúde e trabalho são interdependentes, em recíproca causa e efeito. A saúde mental é um aspecto da totalidade de uma pessoa saudável. Saber sobre isso é o primeiro passo de uma longa caminhada de prevenção e cuidados adicionais. Os estudos reforçam a ideia de que a concepção de trabalho e saúde mental são indissociáveis no aspecto da produtividade, eficiência e bem-estar no serviço público federal.

Segundo Nunes e Lins (2009) apesar desses avanços na esfera nacional da categoria, pouco se tem estudado sobre o trabalhador do serviço público por sua caracterização primordial: a ligação com o Estado e o modo de gestão peculiar que é utilizado em toda essa rede. Tal formatação demanda um olhar diferenciado por parte dos estudiosos da categoria profissional. A visão quanto ao servidor público vem sendo modificada pela necessidade do mercado atual, do aperfeiçoamento, e também pela perda do antigo “emprego vitalício”, sempre tão exaltado como referência ao funcionalismo público.

Esse estudo ainda deixa como contribuição o reconhecimento de que a gestão

e os próprios trabalhadores do serviço público têm a responsabilidade de desenvolver boas práticas em saúde mental, identificando as situações de sofrimento e adoecimento psíquico relacionado ao trabalho, propondo ações coletivas na implantação de propostas acolhedoras e concretas, com a participação de profissionais especializados e políticas mais eficientes. Ações educativas nesse sentido são essenciais para melhorar a qualidade do trabalho e a qualidade de vida dos servidores públicos em Educação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação que ora chega à baila está em sintonia com o pensamento de que a profissão de professor é altamente estressante e que se articulou ao ofício docente, a saúde mental dos docentes encontra-se, atualmente, cercada de riscos, de comprometimentos a saúde e de situações geradoras de estresse.

O estudo realizado faz um recorte teórico em torno do assunto trabalho e a saúde mental do professor, trazendo o contexto da Educação Profissional e Tecnológica, na busca de obter resultados para a elaboração de um produto educacional a fim de contribuir na conscientização e informação junto aos professores sobre a política de atenção à saúde/saúde mental do servidor público federal a partir do Campus Duque de Caxias.

Assim, a partir dos resultados obtidos percebeu-se que a saúde mental está comprometida se configurando no dia a dia por meio de fatores que deixam os professores vulneráveis a diversos desconfortos, tanto físicos como emocionais, tais como: ritmo acelerado, sobrecarga de trabalho, intensas mudanças, pressões, excessivo número de alunos por turma, alterações curriculares, falta de autonomia, falta de condições de trabalho, desvalorização da profissão.

Os aspectos potencialmente que impactam a saúde mental e que promovem doenças ocupacionais identificadas por meio da pesquisa foram os seguintes: baixos salários, classes superlotadas, excesso de carga horária, a inexpressiva política pública sobre a temática, a valorização profissional e nas políticas de planejamento institucional.

Estudar essa temática foi um momento de grande aprendizado nesse período de formação, pois as manifestações em sala de aula das doenças ocupacionais dos docentes atuantes no Instituto Federal de Duque de Caxias/RJ, constatou-se que a realização de tarefas sem recursos disponíveis para completá-lo, somados com intensificação do trabalho pedagógico, pelo fato do magistério ser uma das profissões de alto risco, gerando alteração do humor, esgotamento e desconforto físico, falta de realização pessoal no trabalho, perspectiva profissional, revelam um desequilíbrio na saúde mental dos docentes.

Dessa forma, a temática abordada sinaliza a importância da elaboração do produto educacional para contribuir com a instituição sobre saúde mental e compreender a necessidade do esforço coletivo para que a mesma possa ser vista como um ambiente de construção do conhecimento, que favoreça o desenvolvimento global do sujeito, e que os professores sejam beneficiados com programas e cursos de capacitação voltados à saúde mental. Pois existem muitas possibilidades de estudos nessa área com vistas a prevenção das doenças citadas para trazer muitas contribuições que possam dar ainda mais visibilidade a esse trabalho.

Portanto, focaliza-se a necessidade de se construir reflexões críticas sobre as práticas à promoção da saúde mental dos professores e sua importância no âmbito educacional, principalmente na Intuição onde o estudo foi realizado. Sob esse prisma, se faz necessário realizar novas pesquisas que sensibilizem os gestores sobre a importância da criação de medidas distintas que contribuam para a diminuição dos agravos à saúde mental no trabalho e a implantação de equipe multiprofissional para suporte à saúde dos servidores ativos e dos afastados por sofrimento mental.

7 RECOMENDAÇÕES

Em vista das conclusões da pesquisa torna-se relevante mencionar que os professores são afetados emocionalmente, quer seja pelos sucessos e fracassos de seus alunos, pela insuficiência de recursos pedagógicos, pela desvalorização profissional, dentre outros elementos que contribuem e levam ao estresse.

Assim, a adoção de motivação ao trabalho docente requer a inclusão de cursos de formação e capacitação de professores com ênfase em teorias e práticas para lidar com o estresse ocupacional, para fins de possibilitar a redução do estresse e maior equilíbrio emocional do professor e melhor qualidade de ensino aos alunos.

Assim diante dos problemas detectados por meio da pesquisa, ficou evidente que a Instituição ainda não desenvolve plenamente práticas e/ou programas de intervenção à promoção da saúde mental dos docentes, logo, citam-se algumas recomendação a partir da pesquisa feita.

- **Desenvolvimento de Programas:** Com base na alta concordância, seria prudente que a administração escolar desenvolvesse e implementasse programas voltados para a saúde mental. Isso pode incluir sessões de aconselhamento, workshops sobre gestão do estresse, e educação sobre saúde mental tanto para alunos quanto para professores.
- **Capacitação de Funcionários:** Os educadores e funcionários também devem receber formação em saúde mental para reconhecer sinais de sofrimento emocional e saber como agir adequadamente.
- **Construir um Ambiente Acolhedor:** Criar um ambiente escolar que promova o bem-estar, onde os professores se sintam seguros para discutir suas preocupações, pode ajudar a reduzir o estigma associado à saúde mental.
- **Feedback Contínuo:** Realizar pesquisas regulares para entender as necessidades dos professores e da comunidade escolar pode permitir à administração ajustar suas abordagens de maneira dinâmica e eficaz.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S., BARLETTA, J. B., & MURTA, S. G. Prevenção e promoção em saúde mental: pressupostos teóricos e marcos conceituais. In: S. G. Murta, C. Leandro-França, K. B. Santos, & L. Polejack, (Orgs.). **Prevenção e promoção em saúde mental** (pp. 54-74). Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.
- AKINYELE, S. T. et al. Occupational stress among academic staff in private university: empirical evidence from covenant university, Nigeria. **Journal of Contemporary Management Research**. V. 8 Issue 1, p1-23. 23p, 2014.
- ALMEIDA, S. F. C. **O papel da escola na educação e prevenção em saúde mental**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2018.
- ALVES, G. G., AERTS, D. R. C., & CÂMARA, S. G. O papel das escolas promotoras de saúde no fortalecimento de estilos de vida saudáveis. In: J. C. Sarriera, T. E. Saforcada, & J. A. Inzunza (Orgs.). **Perspectiva psicossocial na saúde comunitária: a comunidade como protagonista** (pp. 155-166). Porto Alegre: Sulina, 2015.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-IV. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995. 8.
- ANDRADE, P. S. DE; CARDOSO, T. A. O. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 129-140, 2015.
- ARAÚJO, M.R.G.; LOYOLA, M.A. **Promoção da Saúde mental**. Montes Claros, MG: IFNMG – Rede e-TecBrasil, 2014. Disponível em <http://ead.ifnmg.edu.br/uploads/documentos/ncXnxcstz4.pdf>. Acesso em 6 fev. 2024.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n.38, p. 61-80, maio/ago. 2015.
- AREIAS, M.E.Q.; COMANDULE, A. Q. Transformações no mundo do trabalho: a inserção da Qualidade Total. **Série Saúde Mental e Trabalho**, ORG. Guimarães & Grubits vol.2 Casa do Psicólogo, 2013.
- ARRUDA, Miguel González. A articulação trabalho-educação visando uma democracia integra. In: GOMEZ, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- AZEVEDO, Luiz Alberto; COAN, Marival. O Ensino Profissional no Brasil: atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classes – uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI. **Trabalho necessário**. Ano 11. n. 16, 2013, p. 1 – 28.
- BAIÃO, L. P. M.; CUNHA, R. G. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. **Revista Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 5,

n.1, p. 6-21, jan./jun, 2016.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, Trabalho e Obra: uma proposta metodológica para a educação profissional. B. Téc. Senac: a **R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 32, set./ dez. 2008.

BARCAUI, A; LIMONGI-FRANÇA, A. C. Estresse, Enfrentamento e Qualidade de Vida: Um Estudo Sobre Gerentes Brasileiros. *RAC*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 670-694, set./out. 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20141865>> . Acesso em: 21 fev. 2024.

BAUK, Douglas Alberto. Stress. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. n. 50, v. 13, abril-junho, 2013.

BOCK, S. D. **Orientação profissional**: abordagem sócio-histórica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BOUFLEUER; José Pedro; PRESTES, Rosane Mürmann. A escola que avalia e que é avaliada: o papel da escolana construção de um mundo humano comum. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 240-249, maio/ago. 2013.

BRASIL, Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 19 ago. 2023.

BRASIL, Planalto. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 19 ago. 2023.

BRASIL. **Lei 14.819/24**, de 16 de janeiro de 2024. Programa Saúde na Escola. (PSE). Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília, 2024.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019.

BRESSAN, R. et al. Promoção de saúde mental e prevenção de transtornos mentais no contexto escolar. In: ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. (Org.). **Saúde mental na escola**: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 101-110. 2011. Editora da UFPR.

CAMELO, S. H. H.; ANGERAMI, E. L. S. Sintomas de estresse em trabalhadores de cinco núcleos de Saúde da Família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. [online]. Jan./Feb. v.12, no.1, p.14-21, 2014. Disponível em: . ISSN 0104-1169. Acesso em: 20 abr. 2017.

CÂNDIDO, Jéssica; SOUZA, Lindinalva Rocha de. **Síndrome de burnout**: as novas formas de trabalho que adoecem. *Psicologia.pt*. O portal dos psicólogos, 2017. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1054.pdf>. Acesso em 22 fev. 2024.

CARNEIRO, P. O. **Ensino superior no Brasil e o trabalho docente**. Encontro de Pesquisa em Educação, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 154-168, 2023.

CARVALHO, A. V. DE; SERAFIM, O. C. G. **Administração de recursos humanos**. Vol. II. São Paulo: Ed. Pioneira, 2015.

CARVALHO R, FARAH OGD, GALDEANO LE. Níveis de ansiedade de alunos de graduação em enfermagem frente à primeira instrumentação cirúrgica. **Rev Latino-Am Enfermagem**, v. 12, n. 6, p. 918-23, 2014.

CASTRO, Cláudio de M. **Os tortuosos caminhos da educação brasileira: pontos de vista populares**. Porto Alegre: Penso, 2014.

CENTENO, M.; TIMÓTEO, M.S.A. **Perspectiva histórica da Educação Profissional: do Brasil República aos dias atuais**. 7 nov. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/anais/article/view/667>. Acesso em: 6 fev. 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, M. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

DIEHL L, MARIN AH. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Est Inter Psicol**. 2016;7(2):64-85.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

ESTEVE, J. M. **O mal estar docente: A sala de aula e a saúde dos Professores**. São Paulo. Edusc, 2019.

FERREIRA RC, SILVEIRA AP, SÁ MAB, FERES SBL, SOUZA JG, MARTINS, AMEBL. Transtorno mental e estressores no trabalho entre professores universitários da área da saúde. **Trab Educ Saúde**. 2015;13(Supl 1):135-55.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FLECK, M. P; BERLIM, M.T; LAFER, B; SOUGEY,E.B; DEL PORTO, J.A; BRASIL, M.A; JURUENA, M.F; HETEM, L.A. Revisão das diretrizes da Associação Médica Brasileira para o tratamento da depressão (Versão integral). Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 31, p. 7-17, 2009.

FONSECA, R.C.V. **Metodologia do trabalho científico**. – Curitiba: IESDE, 2012.

FRANÇA, A.C.L.; RODRIGUES, A.L. **Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 2017.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GADOTTI, Mr. **Um legado de esperança**. São Paulo: Cortez, 2015.

GANSTER, D. C.; ROSEN, C. C. Work stress and employee health: a multi-disciplinary review. **Journal of Management**, 39(5), 1085-1122, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, no.3, p. 20-29. São Paulo. Mai/Jun 1995.

GOMES L.B. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. **Cad Saude Publica**, v. 27, n. 1, p. 7-18. 2011

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUZZO, R. S. L. Risco e proteção: análise crítica de indicadores para uma intervenção preventiva na escola. In M. N. Viana & R. Francischini (Orgs.). **Psicologia escolar: que fazer é esse?** (pp. 9-26). Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2016.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUREBAYASHI, L. F. S. et al. Aplicabilidade da auriculoterapia com agulhas ou sementes para diminuição de estresse em profissionais de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 46, n. 1, 2016.

LAMBROU, H. **E o estresse como vai**. 2014 Disponível em: http://helena.nisthai.com/Meus_Textos/meustextos15.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

LIMA, E.R.S.; SILVA, F.N.; SILVA, L.L.S. Trajetória do ensino médio e da educação profissional no Brasil. **HOLOS**, v. 3, p. 164-175, set. 2017. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5753>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. &. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e**

trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, R. V.; BARRETO, J. M. A depressão em mulheres de meia idade. In:II SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICA CULTURAIS. **Anais...**,2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, v. 1).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MELEIRO, A. M. A. S. O stress do professor. In M. N. Lipp (Org.), **O stress do professor** (pp. 11-27). Campinas, SP: Papyrus. 2022

MELLO, Guimar Namó de. **Social Democracia e educação**: teses para discussão. SP: Cortez, 2000

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, p. 07, 2014.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NAUJORKS, Maria Inês. Stress e inclusão: Indicadores de stress em Professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista do Centro de Educação*, Rio Grande do Sul: n. 20, 2016. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2002> Acesso em 22. fev. 2024.

NUNES, A. V. De L.; LIMA, S. L. B. Servidores Públicos Federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. **Rpot.**, v. 9, n, 1, janeiro - junho 2009 p. 51-67.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudencio. **As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira**: concepções e práticas em disputa. Brasília, DF Grupo Nova Paideia, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial de Saúde. Saúde mental**: nova concepção, nova esperança. – Lisboa, 2002. Disponível em https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf?ua=1. Acesso em 6 fev. 2024.

PEREIRA, Ana Maria T. Benevides. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 4.ed., São Paulo : Casa do Psicólogo, 2016.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PONTES, Carla da Silva. **Caracterização da síndrome de Burnout como doença do trabalho**: uma visão ampliada. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35655/caracterizacao-da-sindrome-de-burnout-como-doenca-do-trabalho>. Acesso em 21 fev. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REINHOLD, H. H. O Burnout. In M. N. Lipp (Org.), **O stress do professor** (pp. 63-80). Campinas, SP: Papirus. 2022.

RIBEIRO, Priscila Teixeira. **Fracasso Escolar**: Reflexões sobre um problema que se repõe e possibilidades de enfrentamento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2016.

ROCHA, M. C. P.; MARTINO, M. M. F. O estresse e qualidade de sono do enfermeiro nos diferentes turnos hospitalares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 44, n. 2, p. 280-6, 2016.

RODRIGUES, R.M. **Pesquisa acadêmica**: Como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

ROMANI M, ASHKAR K. **Burnout among physicians**. Libyan J Med. 2014; 9(23556):23556, 2014.

RUDOW, B. Stress and burnout in the teaching profession: european studies, issues, and research perspectives. Em Vanderbergue, R. & Huberman, M. A. (Eds.), **Understanding and preventing teacher burnout**: a source book of international practice and research (pp.38-58). Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SACHUK, M. I.; ARAÚJO, R. R. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

SANTOS, B. S. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, K. D. A.; SILVA, J. P. da. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. **Rev. SPAGESP**, v.23 no.1 Ribeirão Preto jan./jun. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SELYE, Hans. **Stress, a tensão da vida**. Edição original publicada por McGraw – Hill Book Company, Inc, 1956.

SILVA, W. S.; FERNANDES, M. A. V. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Editora Sol, 2016.

SILVA, M. A. **Estresse e Burnout**: um estudo com professores do CEFET-MG. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração, Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte. 2021

SILVA, G.V.; SOARES, J. B.; SOUSA, J. C.; KUSANO, L. A. E. Promoção de saúde

mental para adolescente em uma escola de ensino médio: Um relato de experiência. **Rev. NUFEN**, Belém: v. 11, n. 2, p. 133-148, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 21 ago. 2023.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, D.T.; CÓRDOVA, F.P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SOUZA, A. N.; LEITE, M. de P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000400012>. Acesso em 22 fev. 2024.

SOUZA, Kátia Reis de; SANTOS, Maria Blandina Marques dos; PINA, José Augusto; MARIA, Amabel Bianca Vial; CARMO, Maria Auxiliadora T.; JENSEN, Mirdney. Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE – RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.4, p.1057-1068, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nQmCrRhqkb8sxr4Nm4tpzkJ/?lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2024.

STEFANO, S. R.; BONANATO, F. M.; F. M.; RAIFUR, L. Estresse em funcionários de uma instituição de ensino superior: diferenças entre gênero. *Revista Economia e Gestão*, v. 13, n. 31, p. 73-92, 2016. Disponível em: Acesso em: 22 fev. 2024.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos Transtornos Escolar**. Entendendo os Problemas de Crianças e Adolescente na Escola. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

TSUNEMATSU, J. P. J.; PANTONI, R. P. VERSUTI, F. M. Saúde mental discente na educação profissional e tecnológica: experiências de estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, nº 2, 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, J. S. Trabalho docente como sacerdócio gera sofrimento e adoecimento de professoras [online]. **Perspectivas Humanas**, 2016. Disponível em: <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2016/06/29/trabalho-docente-como-sacerdocio-gera-sofrimento-e-adoecimento-de-professoras/>. Acesso em 22 fev. 2024.

VIRÃES, M. B. A. R. A. **O Papel da Escola na Educação de Valores**. Mestrado (Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj et al. O estresse no trabalho do professor. **Imagens da Educação**, v. 5, n. 3, p. 40-52, 2015. Disponível em

<https://dx.doi.org/10.4025/imgenseduc.v5i3.25789>. acesso em 22 fev. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Promoting mental health: concepts, emerging evidence, practice: report of the World Health Organization, Department of Mental Health and Substance Abuse, 2005.**

ZILLE, L. P.; CREMONEZI, A. M. Estresse no trabalho: um estudo com professores da rede pública estadual de Minas Gerais. **Reúna** v. 18, n. 4, p. 111-128, 2016. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/Zille_Cremonezi_2013_Estresse-no-trabalho--umestud_21133.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES

Prezado(a) participante, este questionário tem como objetivo compreender melhor as práticas em saúde mental no IFRJ, Campus Caxias. Suas respostas serão tratadas com confidencialidade e serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. Por favor, responda às perguntas com sinceridade. Não há respostas certas ou erradas.

Função exercida na unidade: _____

Tempo de experiência nessa função: _____

Questionário sobre saúde mental e estresse na escola

Prezado(a) participante, este questionário tem como objetivo compreender melhor as práticas em saúde mental no IFRJ, Campus Duque de Caxias. Suas respostas serão tratadas com confidencialidade e serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. Por favor, responda às perguntas com sinceridade. Não há respostas certas ou erradas.

Função exercida na unidade: _____

Tempo de experiência nessa função: _____

1 - Acredito que seria importante implementar programas de promoção da saúde mental para educadores na escola.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

2 – Já experimentei sentimentos persistentes de tristeza ou falta de interesse nas atividades que costumava gostar.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

3 - Já participei de treinamentos ou programas de capacitação relacionados à saúde mental.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

4 - Acredito que é importante incluir estudos sobre saúde mental no currículo escolar.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

5 - Gostaria de receber mais apoio e orientação da administração escolar para lidar com questões de saúde mental.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

6 - Estou ciente de recursos disponíveis na comunidade ou na escola para apoiar a saúde mental dos professores.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

7 - Acredito que faltam possibilidades de desenvolvimento e promoção na carreira.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

8 – Atitudes negativas relacionadas ao meu trabalho por parte dos alunos costumam me estressar.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

9 – Acredito que faltam materiais e recursos para fazer meu trabalho.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

10 – Acredito que exista excesso de trabalho e / ou atividades burocráticas.

- 1 Discordo Totalmente
- 2 Discordo
- 3 Concordo em Parte
- 4 Concordo
- 5 Concordo Totalmente

11 – Considero que um salário insuficiente afeta a minha saúde mental.

- () 1 Discordo Totalmente
- () 2 Discordo
- () 3 Concordo em Parte
- () 4 Concordo
- () 5 Concordo Totalmente

12 – Acredito que tenho pouco tempo para conviver com a minha família / amigos.

- () 1 Discordo Totalmente
- () 2 Discordo
- () 3 Concordo em Parte
- () 4 Concordo
- () 5 Concordo Totalmente

Caso queira fazer algum comentário ou dar sugestões, sinta-se à vontade para usar o espaço abaixo.

Agradecemos sinceramente por participar deste questionário. Suas respostas são valiosas para a pesquisa sobre **Saúde Mental e Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo sobre as Práticas em Saúde Mental no Campus Duque de Caxias do IFRJ**. Se você estiver interessado(a) em receber os resultados desta pesquisa, por favor, deixe seu endereço de e-mail abaixo (opcional).

E-mail de contato: _____

Obrigado por sua colaboração!

Pesquisa de satisfação em relação ao produto educacional resultado da pesquisa

Critérios de Avaliação	Grau de satisfação
1 O quanto você achou útil as informações contidas nesse produto educacional?	☐ Muito útil ☐ Útil ☐ Pouco útil ☐ Indiferente
2 Qual aspecto da proposta mais chamou sua atenção?	☐ Conteúdo ☐ Design/Visual ☐ Interatividade ☐ Aplicabilidade em outros contextos ☐ Todas as opções acima
3 Você achou a proposta de recurso educacional relevante?	☐ Muito relevante ☐ Relevante ☐ Neutra ☐ Pouco relevante ☐ Nada relevante
4 As informações apresentadas no produto são claras e objetivas?	☐ Sim ☐ Não ☐ Em partes

Avaliaram esse produto educacional onze sujeitos, entre professores, técnicos administrativos e alunos do campus Mesquita, através de um formulário online do Google forms entre os dias oito e quatorze de outubro de 2024. Os resultados obtidos foram os seguintes:

1 O quanto você achou útil as informações contidas nesse produto educacional?

11 respostas

2 Qual aspecto da proposta mais chamou sua atenção?

11 respostas

3 Você achou a proposta de recurso educacional relevante?

11 respostas

4 As informações apresentadas no produto são claras e objetivas?

11 respostas

ANEXO A. PARECER DO CEP – Folha 1

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Saúde Mental e Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo sobre as Práticas em saúde Mental no Campus Duque de Caxias do IFRJ

Pesquisador: JORGE DE ALMEIDA BASTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 74161123.4.0000.5268

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.732.578

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido no Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do IFRJ, campus Mesquita, que pretende produzir um conteúdo didático que proporcione uma reflexão sobre o papel da Saúde Mental na educação, a fim de ressignificar ações estratégicas coletivas por meio de processos de ensino e de aprendizagens. Segundo o PB: Será adotado uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos com a abordagem qualitativa-descritiva, por meio de questionários com pesquisa de campo e análise documental com professores e equipe de apoio dos cursos técnicos integrados da EPT do Campus Duque De Caxias do IFRJ.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os desafios e as demandas relacionados à saúde mental na Educação Profissional e Tecnológica no ensino médio integrado. Objetivo Secundário: Identificar os fatores que contribuem para a saúde mental dos professores na EPT; Analisar os impactos da saúde mental dos profissionais da EPT no ambiente de ensino; Investigar as estratégias e intervenções utilizadas para promover a saúde mental na EPT; Avaliar a eficácia das intervenções existentes e propor possíveis melhorias; Desenvolver, aplicar e avaliar um produto educacional que possa auxiliar tanto os professores quanto toda a comunidade

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3233-8034 **Fax:** (21)3293-6000 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br

PARECER DO CEP – Folha 2

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO - IFRJ

Continuação do Parecer: 6.732.578

acadêmica a encarar as demandas de saúde mental na escola, com ênfase na promoção e estimular práticas de educação em saúde na instituição.¿

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o PB, os riscos são: ¿Invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, revitimizar-se; vazamento de dados confidenciais; tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista.¿ Em relação às providências para minimização de ¿riscos/danos: Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos, minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados, estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, limitar o acesso aos documentos apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa, garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras), assegurar a confidencialidade e a privacidade, limitando o uso de questionários apenas ao meio físico, o patrocinador e a instituição devem assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, não permitir duplo padrão, garantir que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou danos à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento, garantir que tão logo constatada a superioridade de um método em estudo sobre outro, o projeto deverá ser suspenso, oferecendo-se a todos os sujeitos os benefícios do melhor regime, garantir que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, garantir a divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento, garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades, garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão, assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto, assumir o compromisso de comunicar às autoridades sanitárias os resultados da pesquisa, sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de saúde da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a autoestima, garantir que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para a finalidade

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601

Bairro: Centro

CEP: 20.061-002

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3233-8034

Fax: (21)3293-6000

E-mail: cep@ifrj.edu.br

PARECER DO CEP – Folha 3

Continuação do Parecer: 6.732.578

prevista no seu protocolo e conforme acordado no TCLE, verificar as formas que o participante pode salvar registro ou termo de consentimento, verificar a possibilidade de pular questões e continuar respondendo o questionário, possibilidade de desistir de participação na pesquisa, sem ônus ao participante (tanto para participante online como presencial), informar que os endereços de e-mail dos participantes serão salvos em arquivo separado das respostas do questionário; em ambos os arquivos o participante deve ser identificado pelo mesmo código, esclarecer ao participante que, caso ele desista de participar da pesquisa após responder ao questionário, não será possível a retirada de suas respostas do banco de dados, uma vez que o questionário é anônimo, verificar o local em que fica armazenada a base de dados com as informações coletadas no questionário: nuvem, computador-servidor institucional ou computador do pesquisador.¿

Quanto aos benefícios, o PB destaca ¿contribuir para melhoria do ensino e do ambiente escolar, compreender o funcionamento e as práticas em saúde mental existentes no IFRJ ¿ Campus Duque de Caxias.¿

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância acadêmica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE é claro, objetivo, com linguagem acessível aos participantes da pesquisa e explicita as garantias de informação, sigilo, anonimato, recusa inócua e desistência.

Contudo, está em dois parágrafos e não apresenta os riscos, como minimizá-los e benefícios.

Recomendações:

Inserir relatório final e notificação de término de projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1. Atendido: O texto do TCLE precisa ser apresentado em um único parágrafo.
2. Atendido: O TCLE não indica riscos, apenas o PB.
3. Atendido: O PB indica como risco ¿Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade¿. Onde estão listadas estas questões nos instrumentos de coleta de dados da pesquisa?
4. Atendido: O PB indica como risco ¿Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado¿. Quem discriminaria? Quem estigmatizaria? Quem além do pesquisador terá acesso aos dados coletados e acesso aos participantes da pesquisa?
5. Atendido: Atendido: O PB indica como risco ¿Divulgação de dados confidenciais (registrados

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
 Bairro: Centro CEP: 20.061-002
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO

PARECER DO CEP – Folha 4

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO - IFRJ

Continuação do Parecer: 6.732.578

nos termos e registros de consentimentos)¿. Como se daria tal divulgação?

6. Atendido: O PB indica como risco ¿Considerar riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos.¿ Não foi apresentado termo de autorização do uso de imagem. Como foi aventada a possibilidade de utilizar ¿filmagens ou registros fotográficos¿, é necessária a apresentação deste documento.

7. Atendido: O PB e o TCLE não esclarecem como o pesquisador pretende minimizar os riscos indicados.

8. Atendido: Não foi apresentado o Termo de Compromisso e Responsabilidade de Orientação de Projetos de Pesquisa, assinado e datado.

9. Atendido: Envio de carta resposta.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa ¿ CEP/IFRJ, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo ¿relatório¿ para que seja devidamente apreciadas no CEP, conforma Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d. A observância dos prazos de envio dos relatórios parciais ou finais é estritamente de responsabilidade do pesquisador. A não obediência aos prazos estipulados poderá implicar a NÃO APROVAÇÃO dos relatórios

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2205401.pdf	24/02/2024 13:10:58		Aceito
Cronograma	cronograma_pos_pendencias_assinado_jorge.pdf	24/02/2024 13:10:32	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Outros	carta_resposta_assinado_jorge.pdf	24/02/2024 13:10:03	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pos_pendencias_assinado.pdf	24/02/2024 13:06:22	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2205401.pdf	08/02/2024 10:26:59		Aceito

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
 Bairro: Centro CEP: 20.061-002
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3233-8034 Fax: (21)3293-6000 E-mail: cep@ifrj.edu.br

PARECER DO CEP – Folha 5

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE
JANEIRO - IFRJ

Continuação do Parecer: 8.732.578

Cronograma	cronograma_pos_pendencias.pdf	08/02/2024 10:23:46	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Cronograma	cronograma_pos_pendencias.pdf	08/02/2024 10:23:46	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Recusado
Outros	carta_resposta.pdf	08/02/2024 10:23:15	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Outros	carta_resposta.pdf	08/02/2024 10:23:15	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Recusado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pos_pendencias.pdf	08/02/2024 10:22:52	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Outros	termo_compromisso_orientador.pdf	14/11/2023 20:07:39	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Outros	questionario_professores.pdf	18/10/2023 11:33:22	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Orçamento	orcamentoatualizado_assinado.pdf	14/09/2023 11:01:16	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermodeAnuencia_instituicao_assinado.pdf	14/09/2023 10:42:56	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_diretora.pdf	31/08/2023 14:32:48	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Outros	jorge_Lattes.pdf	31/08/2023 11:08:04	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_jorge_bastos.pdf	30/08/2023 11:03:56	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	compromisso_de_postar_assinado.pdf	30/08/2023 11:01:48	JORGE DE ALMEIDA BASTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 29 de Março de 2024

Assinado por:
Angela M Bittencourt
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
Bairro: Centro CEP: 20.061-002
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3233-8034 Fax: (21)3293-8000 E-mail: cep@ifrj.edu.br